



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ECONOMIA E FELICIDADE: UMA ANÁLISE DO BEM-ESTAR PARA
ALÉM DA INFLUÊNCIA DE FATORES OBJETIVOS NO NÍVEL DE
SATISFAÇÃO DE VIDA DOS INDIVÍDUOS**

GABRIELLE SANTOS BRITO

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2012

GABRIELLE SANTOS BRITO

**ECONOMIA E FELICIDADE: UMA ANÁLISE DO BEM-ESTAR PARA
ALÉM DA INFLUÊNCIA DE FATORES OBJETIVOS NO NÍVEL DE
SATISFAÇÃO DE VIDA DOS INDIVÍDUOS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial para a aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. M.Sc. Carlos Eduardo Ribeiro Santos

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2012

B875e

Brito, Gabrielle Santos.

Economia e felicidade: uma análise do bem-estar para além da influência de fatores objetivos no nível de satisfação de vida dos indivíduos / Gabrielle Santos Brito, 2012.

80f.

Orientador (a): Carlos Eduardo Ribeiro dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) –
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2012.

1. Felicidade - Economia. 2. Economia – Bem estar.
3. Ética. I. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
II. Santos, Carlos Eduardo Ribeiro dos. III.T.

CDD: 179

GABRIELLE SANTOS BRITO

**ECONOMIA E FELICIDADE: UMA ANÁLISE DO BEM-ESTAR PARA
ALÉM DA INFLUÊNCIA DE FATORES OBJETIVOS NO NÍVEL DE
SATISFAÇÃO DE VIDA DOS INDIVÍDUOS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial para a aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Monografia aprovada em 17 de outubro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. M.Sc. Carlos Eduardo Ribeiro Santos
Orientador

Profa. M.Sc. Fernanda Calasans Costa Lacerda
Examinador (a)

Prof. M.Sc. Carlos Moisés Oliveira Chaves
Examinador (a)

Dedico ao meu amor.

AGRADECIMENTOS

Ter a quem agradecer é a certeza de que nunca se está só. É ter a humildade de admitir que necessita de ajuda e que os méritos dos resultados são de todos aqueles que contribuíram.

Nesta caminhada, me sinto imensamente feliz em poder admitir que tive a colaboração de várias pessoas para que este trabalho pudesse ser realizado. Por isso, agradeço primeiramente a Deus, Senhor de todas as coisas, por permitir que eu desfrutasse deste momento ímpar da minha vida.

A “painho” e a “mainha” por não medirem esforços em mostrar as suas filhas que não importa o tamanho da dificuldade sempre haverá um colo de pai e um colo de mãe para ajudar a seguir em frente. As minhas queridas irmãs, Danielle e Tatielle, as minhas meninas superpoderosas. A Gilberto, por ter compreendido, a seu modo, a minha falta de tempo. A minha amiga Valdereis pela colaboração e torcida positiva.

Agradeço ao meu querido orientador, Carlos Eduardo, pela disponibilidade, atenção, paciência, pelas palavras de incentivo quando pensei que não daria certo, e por acreditar na “minha felicidade”. A professora Fernanda Calasans pela contribuição indispensável para a conclusão deste trabalho.

Aos professores do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, pelo conhecimento compartilhado.

Tive o privilégio de contar, ainda, com colegas, e hoje, então, amigos, que não me deixaram desistir. Agradeço à Samara (e a sua compulsão por beber água) por ter me ajudado a descobrir, no momento de desespero, que existe lucro marginal e que a nossa amizade será capaz de salvar o mundo. Ao “véizim” Vinícius, que acreditou em mim, mesmo quando nem eu acreditei. A Leleo Porto pela agradável parceria nos últimos semestres e por tantas outras que virão. Ao Murilo que sempre afirmou que eu chegaria ao final do curso apaixonada por Economia. Você estava certo Murilo.

O meu muito-obrigada a Bira (um fofo), a Roger, e a todos aqueles que, mesmo não tendo os seus nomes aqui mencionados, contribuíram grandemente para esta realização.

Obrigada a todos!

RESUMO

A felicidade é considerada como o objetivo fim da vida dos indivíduos e por esse motivo se torna objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento. Um grande número desses estudos vem se realizando na Ciência Econômica. Contudo, a maneira que o estudo do bem-estar vem sendo desenvolvido pela Economia assume uma nova abordagem, a abordagem da felicidade onde o bem-estar dos indivíduos é analisado não só através dos fatores objetivos, como a renda, mas o retorno da inclusão de aspectos subjetivos, que só o indivíduo possui a capacidade de informar. Nesta abordagem, a satisfação de vida das pessoas, considerando as suas experiências de vida, os seus sentimentos e as expectativas com relação ao futuro, são consideradas de uma forma global, e constitui a melhor medida de bem-estar. A busca pela maximização da utilidade seja através da atitude de se evitar a dor e proporcionar o maior prazer possível na proposta de Jeremy Bentham, ou a análise do comportamento dos indivíduos segundo as suas escolhas na Economia do Bem-Estar, contribuiu para que a análise do bem-estar dos indivíduos fosse o alvo da economia. Assim, o objetivo deste trabalho, é realizar uma revisão teórica acerca da felicidade na economia, apresentando a abordagem da felicidade como medida de mensuração do bem-estar subjetivo dos indivíduos. Também se constitui objetivo desta pesquisa a aplicação simples da abordagem da felicidade analisando através de estimações do modelo de Mínimos Quadrados Ordinários e “ordinal logit” o comportamento dos determinantes da felicidade. Para o alcance dos objetivos, além da revisão teórica acerca do referido tema, realizou-se a aplicação de questionários, como propõe a abordagem da felicidade, com o intuito de auferir o nível de bem-estar subjetivo informado pelos indivíduos, onde os mesmos são questionados sobre a experiência com a vida que tem levado. Esta análise permitiu fazer a relação entre o nível de felicidade informado com informações de caráter objetivos também fornecidos pelos próprios indivíduos. A importância da apreciação do bem-estar por intermédio da Economia da Felicidade constitui grande importância, sobretudo, na avaliação de políticas para o bem-estar.

Palavras-chave: Economia da Felicidade; Utilidade; Bem-Estar Subjetivo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: O conceito de Menger sobre a Utilidade Marginal Decrescente	26
Tabela 2: Distribuição da amostra por estado civil.....	56
Tabela 3: Distribuição da amostra para o mercado de trabalho	57
Tabela 4: Distribuição da amostra segundo a classe de renda	58
Tabela 5: Distribuição da amostra para a religião.....	58
Tabela 6: Alternativas com capacidade de incremento na felicidade individual.	60
Tabela 7: Número de pessoas por nível de felicidade informada.....	61
Tabela 8: Felicidade e gênero.	62
Tabela 9: Felicidade e estado civil.....	62
Tabela 10: Felicidade e renda.....	63
Tabela 11: Felicidade e filhos.	63
Tabela 12: Felicidade e a dor do outro	64
Tabela 13: Felicidade e características do empregador.	65
Tabela 14: Felicidade e proteção pelas leis trabalhistas	65
Tabela 15: Felicidade e raça.	65
Tabela 16: Níveis de renda e alternativas com capacidade de incremento na felicidade individual.....	66
Tabela 17: MQO Equação de felicidade.....	69
Tabela 18: Logit Ordenado Equação de felicidade.	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1: Lei da utilidade Marginal Decrescente de Jevons	25
--	-----------

“Os seres humanos têm interesse na felicidade. Ou na conquista da felicidade própria. Ou na promoção da felicidade alheia. Ou na conquista da felicidade própria e na promoção da felicidade alheia. Por felicidade pode entender-se a coincidência entre o que subjetivamente se deseja ser e o que subjetivamente se alcança ser, e entre o que subjetivamente se deseja ter e o que subjetivamente se alcança ter. Em síntese: ser feliz é conseguir ter e ser o que se deseja ter e ser, e apenas desejar ter e ser o que se pode ter e ser”.

M. Sottomayor-Cardia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1	
UTILIDADE: a importância dos fatores subjetivos e da racionalidade na promoção da felicidade	14
1.1 A abordagem utilitarista da felicidade	16
1.2 A felicidade na perspectiva do utilitarismo clássico sob a ótica de Jeremy Bentham 18	
1.2.1 Os marginalistas e as modificações na teoria da utilidade	23
1.3 Algumas considerações sobre o autointeresse e a promoção da felicidade	27
2	
FELICIDADE: uma nova perspectiva sobre o bem-estar	31
2.1 A economia do bem-estar	33
2.1.1 Algumas contribuições à análise do bem-estar.....	36
2.2 Felicidade: o bem-estar além da dimensão objetiva	38
2.3 A economia da felicidade	41
2.3.1 Avaliação da felicidade sob a influência da renda	45
2.3.2 O método de mensuração do nível de felicidade	49
3	
APLICAÇÃO DA ABORDAGEM DA FELICIDADE: análise descritiva para uma amostra populacional de Vitória da Conquista/BA	53
3.1 A realização da coleta de dados e a estrutura do questionário	53
3.2 Os resultados descritivos da amostra	56
3.2.1 Nível de felicidade informada	60
3.3 Considerações sobre a estimação e construção de variáveis	67
3.3.1 Resultados para a estimação o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)	68
3.3.2 Resultados para estimação Logit Ordenado	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE	79

INTRODUÇÃO

A promoção do bem-estar dos indivíduos sempre se colocou como preocupação para a Ciência Econômica, mesmo quando esta ainda não havia sido considerada uma ciência. Este fato pode ser comprovado por meio das afirmações expostas pelo filósofo Aristóteles que definia economia, filosoficamente, como a capacidade de utilização apropriada dos bens necessários na contribuição de uma vida moralmente boa e feliz.

Mostrando-se, então, atenta ao bem-estar dos indivíduos, a economia analisa a relação estabelecida entre as necessidades existentes e a capacidade da própria economia, por meio da alocação eficiente dos recursos, contribuir para supressão das necessidades dos indivíduos fazendo com que o nível de bem-estar máximo seja alcançado.

Na perspectiva da preocupação com o bem-estar dos indivíduos por intermédio da supressão de suas necessidades, as escolhas dos agentes econômicos surgem como norteadores racionais para o alcance da maximização da satisfação de tais necessidades. Essa satisfação através do ato da escolha não se dá apenas de forma objetiva. Ligada a ela estão os desejos que não podem ser considerados, senão atrelados a questões envolvidas de características particulares a cada indivíduo como, por exemplo, suas emoções, seus sentimentos, suas expectativas.

Como o alvo da Ciência Econômica é proporcionar aos indivíduos o máximo de bem-estar possível, garantido aos mesmos a satisfação ao menos de suas necessidades básicas, esta avaliação quanto ao nível de bem-estar atingido não pode ser analisada de maneira apenas objetiva.

Faz-se necessário, então, ponderar o quanto o indivíduo se sente satisfeito em relação à vida que tem levado indo além da satisfação das suas necessidades, avaliando o nível de seu bem-estar, compreendendo fatores individuais que só este indivíduo pode informar.

Estes fatores desconhecidos incorporam em sua essência aspectos subjetivos. Esta subjetividade, não mensurável indiretamente, proporciona a análise do bem-estar uma nova visão de satisfação e esta nova maneira de avaliar este bem-estar se configura na análise do bem-estar subjetivo, que nada mais é, do que a própria avaliação que o indivíduo tem da satisfação dos seus desejos.

Na avaliação do bem-estar subjetivo, as pessoas são identificadas como capazes de avaliar suas vidas considerando o que de fato se constitui importante para elas. Assim, além de considerarem fatores de caráter objetivo (renda, por exemplo) os indivíduos incluem ao

bem-estar fatores de características subjetivas, como as experiências vividas, sentimentos, suas expectativas em relação ao futuro, com o seu trabalho, relacionamentos interpessoais, em fim, o indivíduo analisa a sua vida de uma forma global e não especificamente em um período de tempo.

Esta nova abordagem do bem-estar, com a inclusão de fatores subjetivos além dos objetivos, é conhecida como a abordagem da felicidade. A avaliação da análise do bem-estar por intermédio desta abordagem surge, a partir de 1970, pela necessidade observada por parte de alguns economistas em entender a relação entre renda e bem-estar através da inclusão de fatores com caráter subjetivo.

A felicidade é entendida como medida de bem-estar, de satisfação de vida, pois se sabe que todo indivíduo busca o alcance da felicidade, sendo, assim, considerado o objetivo de vida dos indivíduos.

Por muito tempo, considerou-se a medida do bem-estar com base na renda dos indivíduos, sua capacidade de produzir e consumir (utilidade objetiva). Mas, com o tempo esta mensuração mostrou-se limitada, isto porque, observações paradoxais relacionadas entre a renda e o bem-estar dos indivíduos despertou o interesse em analisar o bem-estar num sentido mais amplo, onde os indivíduos fossem o principal instrumento capaz de informar o seu nível de bem-estar.

A proposta da economia da felicidade é identificar os determinantes do bem-estar individual, mensurando o bem-estar através da utilidade subjetiva, baseando-se na investigação do bem-estar subjetivo, ao invés da preferência revelada. Nesta perspectiva, os indivíduos consideram além dos fatores subjetivos os fatores de natureza objetiva.

Neste tipo de avaliação, o bem-estar dos indivíduos é avaliado diretamente, ou seja, os próprios indivíduos informam o seu nível de satisfação com a vida. O objetivo que se deseja atingir neste tipo de abordagem é a obtenção de informações sobre o bem-estar de uma maneira mais ampla da utilidade individual, pois se acredita que ao serem questionados sobre sua satisfação os indivíduos sabem exatamente o que lhes proporciona prazer.

A importância atribuída a este tipo de pesquisa está diretamente relacionada à análise dos resultados com fim de melhorar o planejamento das políticas públicas, uma vez que ao serem questionados sobre o seu nível de bem-estar, as respostas obtidas fornecem subsídios para a avaliação de como estas políticas estão atingindo os indivíduos.

Deste modo, o presente trabalho busca responder a seguinte questão: Os indivíduos são capazes de identificar o seu nível de felicidade (o quanto estão satisfeitos com a vida que

levam) e considera a renda uma medida incompleta de mensuração, sendo mais importante para os níveis de renda mais baixos?

Pelo exposto, constitui-se objetivo desta pesquisa explorar uma revisão teórica a respeito do tratamento dado a felicidade na história do pensamento econômico desde a visão utilitarista na perspectiva de Jeremy Bentham até a nova abordagem do bem-estar, a economia da felicidade, a qual utiliza a abordagem da felicidade como método de mensuração do bem-estar humano.

Após a exposição da teoria, através da aplicação de questionário baseado em trabalhos semelhantes, analisa-se o nível de felicidade média informada pelos indivíduos da amostra, relacionando-o com suas características objetivas incluindo a renda, na tentativa de identificar o comportamento desses indivíduos em relação à faixa de renda que pertencem e algumas situações subjetivas de incremento de felicidade.

Em relação à metodologia aplicada na pesquisa, ela está estabelecida com base numa análise teórico-empírica e pautada em uma pesquisa de campo, cujas características fundamentais são apresentadas no momento de demonstração dos resultados, tendo em vista que o caráter analítico se dá numa análise estatística e econométrica, o que pede uma apresentação do modelo utilizado de maneira mais extensa.

Assim, esta monografia está estruturada em três capítulos, além desta introdução. No primeiro capítulo faz-se uma revisão teórica acerca da visão utilitarista da felicidade com as contribuições de Jeremy Bentham, John Stuart Mill e dos marginalistas além de algumas considerações sobre o comportamento auto-interessado dos indivíduos.

O segundo capítulo traz, num primeiro momento, a transformação da visão utilitarista da felicidade em análise com base em aspectos objetivos dos indivíduos, a saber, a economia do bem-estar. Em seguida faz-se a apresentação da abordagem da economia da felicidade com a inclusão de fatores subjetivos na análise do bem-estar individual.

O terceiro e último capítulo, traz a análise descritiva e empírica dos resultados dos questionários aplicados com base na economia da felicidade bem como o nível médio de felicidade informada pelos indivíduos e a relação com aspectos objetivos e subjetivos também informados pelos entrevistados. Por fim, as considerações finais acerca da pesquisa realizada.

1

UTILIDADE: a importância dos fatores subjetivos e da racionalidade na promoção da felicidade.

Em uma perspectiva filosófica, Aristóteles (2000) define economia (oikonomia) como a faculdade, ciência ou virtude que possibilita o uso apropriado dos bens necessários na contribuição de uma vida moralmente boa e feliz. Ao assumir esta conduta, a Ciência Econômica admite um caráter gerador da felicidade humana, sendo historicamente atrelada a elementos éticos. Tais elementos existem subjetivamente na vida humana, não assumindo apenas um comportamento ideal, mas a capacidade de ponderação por parte dos indivíduos de valorizar ações, comportamentos e intenções qualificando-as como boas ou más, justas ou injustas.

Aristóteles (2000) apresenta, ainda, a felicidade como objetivo supremo, o propósito da vida humana. Ela é considerada duradoura e sublime, não algo intenso e passageiro. O homem, que vive no mundo sublunar¹, deve adotar uma conduta moral moderada e sem excessos. Tal comportamento deve ser alcançado por meio do hábito, da prática diária. Neste contexto, Abrão (1999) defende que

[...] habituar-se a uma boa conduta é ter bons costumes, e isso vale muito mais do que praticar uma série de boas ações isoladas. Tal hábito é adquirido, sobretudo, pelo exercício do intelecto, que, no campo moral, aspira ao que é razoável. A felicidade, em suma, obtém-se por meio da vida contemplativa, uma vida intelectual sossegada, longe das perturbações do cotidiano (ABRÃO, 1999, p.63).

Nesta perspectiva, as questões éticas estão relacionadas, fortemente, com o comportamento dos agentes econômicos, ou pelo menos é o esperado, já que o processo econômico não se configura em uma ação isolada, mas é resultado da interação entre os seus diversos agentes, daí o fato de a Ciência Econômica ser uma Ciência Social. Deste modo, Guerra (1997, p.7) ratifica que “sendo a economia uma ciência social, uma aproximação das questões éticas é de todo inevitável pelos teóricos da economia”.

¹ Para Aristóteles o universo é classificado em duas regiões, a saber, supralunar (onde se situam os corpos celestes) e sublunar (região abaixo da supralunar composta pelos elementos água, ar, terra e fogo, sendo eles a causa material de tudo). A região sublunar é caracterizada pela imperfeição e pela violência e assim, está sujeita à geração de corrupção (ABRÃO, 1999).

A economia é vista, por alguns pesquisadores², como a ciência da alocação de recursos escassos para a satisfação de necessidades infinitas. Aceitando esta afirmativa, Mundell (1978) assegura que a economia observa as questões relacionadas com as ações individual e social para o melhor emprego dos recursos com o objetivo de suprir as necessidades humanas. A economia ocupa-se, então, das necessidades e dos recursos e estabelece a contradição entre desejos infinitos para recursos finitos, o que faz do homem e da natureza agentes centrais dos problemas econômicos.

Deste modo, a discussão acerca da felicidade está pautada na reflexão que os indivíduos fazem sobre o seu bem-estar, relacionando-o com as suas escolhas, e com o acesso e a utilização de bens e serviços. O alcance da maximização do bem-estar está conexo com a satisfação do desejo de acordo com o recurso disponível (renda), refletido através do prazer de viver expresso pelos indivíduos segundo a sua história.

Ao se incorporar ao pensamento a lógica contida na percepção das necessidades simultâneas e infinitas dos indivíduos, atrelado à incapacidade delas serem supridas pela falta de recursos, a felicidade se vincula, em alguns aspectos, à supressão das necessidades, perpassando, não apenas, por aspectos econômicos. Nesta perspectiva, Lima (2007) certifica que,

[...] para as pessoas que estão próximas à linha da pobreza (ou abaixo), um acréscimo adicional na renda tende a trazer um acréscimo adicional na felicidade e que uma vez supridas suas necessidades básicas – ou, uma vez estejam fora desse limite de pobreza, um acréscimo adicional de renda não necessariamente está associado a um acréscimo no nível de felicidade (LIMA, 2007, p. 29).

Sendo o sentimento da necessidade de fundamental importância para o funcionamento da economia, o ato racional da escolha desempenha o papel de maximizar a satisfação entre as oportunidades e preferências atreladas aos aspectos psicológicos (fatores subjetivos) das necessidades, desejos e preferências com a objetividade dos recursos, bens e oportunidades. Assim sendo, Mundell (1978, p.17) assevera que “as necessidades (que são passivas) produzem os desejos (que são ativos), e estes são transformados em preferências; os recursos produzem os bens, que se transformam em oportunidades. As preferências unem-se às oportunidades no ato da escolha”.

² Essa definição é a mais usual, porém, não é consenso. Mas, para efeito deste trabalho essa será a definição adotada.

Assim, no campo das escolhas, devem-se identificar os elementos que mais proporcionam felicidade diante da real necessidade do indivíduo, mesmo ante as incertezas, riscos e o desconhecimento do grau de satisfação das escolhas, pois o método de tentativa e erro contribui para a descoberta das decisões que proporcionem maximização de lucros, aumento de prazeres e do encontro de uma maneira agradável de viver (MUNDELL, 1978).

Nesse sentido, Ferreira (2008) assevera que, a realidade como cenário é aceita por cada indivíduo de acordo com a sua percepção, resultando em diferentes captações, transformações e distorções, de tal modo que para entender a economia, é necessário entender o comportamento econômico dos indivíduos que a compõem.

Nesta perspectiva, o comportamento econômico dos indivíduos deve ser avaliado não apenas pela ótica objetiva (critérios monetários, mais especificamente, a renda). É necessário considerar aspectos de natureza subjetiva como suas expectativas, atitudes, pensamentos, sentimentos e crenças, a fim de compreender a sua influência na economia e a influência da economia sobre o indivíduo. Ou seja, é preciso observar o comportamento para criar modelos e não o inverso, criar modelos e avaliar o comportamento, com o objetivo, por exemplo, de maximizar a eficiência de políticas públicas.

Avaliar as condições materiais dos indivíduos não responde às questões relacionadas com a qualidade de vida das pessoas. Não medem o seu nível de bem-estar e, tão pouco, o grau de felicidade dos mesmos. Indivíduos privados de condições materiais consideráveis nem sempre indicam menor satisfação com as suas vidas. Deste modo, a renda e o consumo não explicam toda a variabilidade dos indicadores de qualidade de vida, que assume caráter multidimensional. Portanto, qualidade de vida está relacionada, também, com condições subjetivas, na maneira como as pessoas se sentem em relação às suas vidas, aproximando assim a qualidade de vida da noção de bem-estar e felicidade (PESSOA; SILVEIRA, 2009).

Diante do exposto, o tópico a seguir trará a importância que a utilidade tem para a economia como elemento importante para a compreensão do bem-estar e da felicidade.

1.1 A abordagem utilitarista da felicidade

O Utilitarismo é uma doutrina ética que data do final do século XVIII e que proporcionou importantes contribuições a diversas áreas do conhecimento, inclusive à Economia.

Assim, o utilitarismo originou-se da doutrina moral conhecida como hedonismo³, que via no prazer a finalidade de todas as coisas, ou seja, o comportamento dos indivíduos deveria ser guiado com o objetivo de atingir a maior felicidade do maior número de pessoas (BRUE, 2005, p.123-124).

Admitindo o princípio da utilidade, onde toda ação deve ser aprovada ou reprovada de acordo com a capacidade de aumentar ou diminuir o nível de bem-estar dos indivíduos, os utilitaristas clássicos aceitam a razão como o melhor agente na construção da realidade. Portanto, o que de fato dá ao utilitarismo o caráter ético é a racionalidade humana, a maneira pela qual os indivíduos agem com a finalidade de encontrar um sentido para a sua existência. Assim, o sentido dado à existência humana, nesta teoria, é a busca pelo que é considerado bom e justo. A Ética aponta qual deve ser a conduta dos indivíduos diante das situações enfrentadas de maneira a proporcionar prazer e eliminar a dor.

Nessa acepção, - o útil é apresentado como o bem. Assim, o comportamento humano é, segundo interesses individuais, guiado por ações consideradas éticas em busca do útil para atingir a própria felicidade. A busca pela felicidade individual leva à felicidade coletiva, uma vez que a própria felicidade está relacionada com atos morais e comportamentais.

De acordo com a percepção utilitarista, em todas as suas abordagens, o ser humano existe para ser feliz, e a felicidade pode ser conseguida por intermédio de certos cursos de ação, cuja assimilação, que é entendida como tarefa da ética, pode ser tentada através do exercício racional competente (PELUSO, 1998).

O caráter moral dado às ações humanas, assumido individualmente, evidencia os aspectos subjetivos da busca pela felicidade, uma vez que o comportamento é motivado racionalmente para a eliminação da dor e a obtenção do prazer. Os aspectos objetivos são ratificados através da propriedade, em virtude da qual se pode obter prazer.

Conforme afiança Becker (2009) fazendo uso do pensamento de Ahuvia (2008), deve-se a Aristóteles o conceito de que toda ação humana é originada, direta ou indiretamente, pelo anseio de aumentar o seu bem-estar subjetivo. Cada atividade exercida pelo homem tem como consequência outra atividade, sendo o seu objetivo final o alcance da felicidade, que para Aristóteles teria o seu fim em si mesma.

Para efeito de melhor compreensão deste trabalho, o bem-estar subjetivo, fazendo uso com propriedade de definições relacionadas à Psicologia, é entendido como felicidade,

³Concepção fundamental para o desenvolvimento do pensamento econômico e da formulação de teorias econômicas desde a época dos fisiocratas, que consiste em todo comportamento humano como sendo naturalmente dirigido no sentido de assegurar o máximo de satisfação e prazer ou o mínimo de sacrifício para o indivíduo. (BRUE, 2005).

satisfação dos indivíduos com a vida mediante a apreensão do que as pessoas pensam e a maneira como elas se sentem em relação as suas próprias vidas. Está relacionado, antagonicamente, com a infelicidade e o sofrimento.

A utilidade seria então o objeto com a capacidade de proporcionar aos indivíduos, ou à comunidade, benefícios, vantagens, prazer, o bem, a felicidade, ou impedir prejuízos como o sofrimento, o mal ou a infelicidade. Sendo a comunidade composta por um conjunto de indivíduos, logo, os interesses da comunidade é a soma dos interesses dos indivíduos que a compõe.

Partindo da importância que a utilidade tem para a economia, como fator contribuinte para a análise do bem-estar subjetivo e da felicidade, será abordado a seguir, as principais contribuições nesse sentido.

1.2 A felicidade na perspectiva do utilitarismo clássico sob a ótica de Jeremy Bentham

Legatário do Iluminismo europeu, o utilitarismo é fruto de uma escola de pensamento econômico do mesmo período da Revolução Industrial, se destacando entre as principais correntes de reflexão sobre ética e justiça econômica, que considera como uma sociedade justa aquela que proporcione um maior grau de felicidade aos seus indivíduos.

O objetivo da escola utilitarista era a maximização da felicidade dos seres humanos, identificando o nível de felicidade de uma sociedade através da avaliação da justiça das políticas econômicas e suas consequências para o maior número de indivíduos. Consequentemente, se uma política econômica traz benefícios para a maioria das pessoas, ela é considerada justa (BECKER, 2009). Portanto, a ideia de utilidade estabelece uma relação entre satisfação de necessidades e felicidade.

Conforme assegura Guerra (1997), o utilitarismo foi um sistema ético-filosófico que continua a influenciar a Ciência Econômica, sendo na sua essência um sistema ético-racional relativo, por não remeter para uma ideia absoluta de bem ou mal julgando, primeiramente, as ações como maximizadoras da felicidade humana, e consequencialmente, por analisar a qualidade moral das ações, o que implica em saber qual o grau de felicidade humana pode se atingir.

O utilitarismo foi o pensamento defendido por Jeremy⁴ Bentham, que na sua concepção era o “princípio da maior felicidade⁵”, onde os indivíduos buscam coisas que lhes proporcionem prazer e evitam tudo o que lhes causam sofrimento, com o objetivo de alcançar o prazer total. O prazer e a dor conferem ao comportamento humano escolhas para a sua sobrevivência, indicando-lhes qual decisão lhe proporcionará maior satisfação ou menos dor. Assim, Bentham afiança que,

[...] a natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores, está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é certo do que é errado, e, por outra, a cadeia das causas e dos efeitos. (BENTHAM, 1979, p.3).

Para Bentham (1979), as ações dos indivíduos são motivadas pelo interesse em obter a maior medida de utilidade possível, impetrando prazer ou impedindo sofrimento, sendo que, quanto maior for o prazer obtido ou a dor evitada, maior será o seu interesse em praticar a ação. Assim sendo, as decisões tomadas são atos racionais, onde o indivíduo calcula a satisfação que ele terá em praticar determinadas ações ou evitá-las para impedir a dor, e o resultado dessa atitude racional seria aquele que maximizasse o seu prazer em relação à dor. O efeito desses atos racionais seria, então, o prazer total, a utilidade, e, enfim, a felicidade.

Bentham (1979) define, então, a utilidade como o termo que:

[...] designa aquela propriedade existente em qualquer coisa, propriedade em virtude da qual o objeto tende a produzir ou proporcionar benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade (tudo isto, no caso presente, se reduz à mesma coisa), ou (o que novamente equivale à mesma coisa) a impedir que aconteça o dano, a dor, o mal, ou a infelicidade para a parte cujo interesse está em pauta; se esta parte for à comunidade em geral, tratar-se-á da felicidade da comunidade, ao passo que, em se tratando de um indivíduo particular, estará em jogo a felicidade do indivíduo mencionado. (BENTHAM, 1979, p.4).

Como referido anteriormente, deve-se ao filósofo Aristóteles a primeira noção de bem-estar, e se baseando nessa perspectiva é que Jeremy Bentham postula a sua teoria.

⁴ Jeremy Bentham (1748-1832) foi um importante estudioso da economia clássica dando a economia e a filosofia grandes contribuições. Os seus estudos foram centralizados no utilitarismo ou princípio d felicidade maior (BRUE, 2005).

⁵Jeremy Bentham utilizava, inicialmente, o termo “princípio da utilidade”. Para ele, a palavra utilidade não expressa com clareza às ideias de prazer e dor como a palavra felicidade, tampouco leva em consideração o número de interesses afetados (BENTHAM, 1979).

Contudo, há de se fazer algumas considerações acerca destes dois pensadores já que, enquanto Aristóteles defendia que o alcance do bem-estar subjetivo acontecia através das ações éticas, para Bentham as ações dos indivíduos são guiadas pelos seus objetivos pessoais, incluindo também, ações não éticas ao seu comportamento, desde que o seu objetivo de maximização do prazer seja alcançado e a utilidade obtida seja baseada tanto em prazeres físicos quanto psicológicos.

Produzindo a abordagem utilitarista com enfoque no prazer e na dor como centros para obtenção de bem-estar, Jeremy Bentham acastela a sua mensuração através de modelos matemáticos, quantificando os prazeres pela sua ordem de importância, a saber: intensidade, duração, certeza ou incerteza, proximidade, fecundidade, pureza e extensão. “Os prazeres e as dores constituem os instrumentos com os quais o legislador deve trabalhar. Por este motivo, convém que compreenda a força dos mesmos, ou seja, em outros termos, o seu valor” (BENTHAM, 1979, p.16).

Segundo Bentham (1979), a aferição, nesse sentido, é realizada através do julgamento das pessoas que tem algum interesse no ato em questão e procura-se determinar o valor dos seus prazeres e dores. Com a soma de todos os prazeres de um lado, e a soma de todas as dores do outro, se o balanço for favorável ao prazer, advertirá que o ato é considerado bom e justo em um conjunto de pessoas. Caso o balanço seja favorável à dor, este ato deverá ser condenado. E, a partir de então, presume-se o que representa ou não, para o indivíduo, a felicidade. Assim, Bentham (1979) ratifica que,

[...] o processo pode ser aplicado ao prazer, quer este se denomine um bem (o qual constitui propriamente a causa ou o instrumento do prazer), quer se chame proveito (o qual se constitui um prazer distante, ou a causa ou o instrumento de um prazer distante), ou conveniência, ou vantagem, benefício, recompensa, felicidade e assim por diante. Pode o método também ser aplicado à dor, quer esta se denomine um mal (o qual equivale ao oposto do bem), quer se chame prejuízo, ou inconveniência, ou desvantagem, ou perda, ou infelicidade, e assim por diante (BENTHAM, 1979, p.18).

Referindo-se a uma corrente de pensamento que converge para o direito e à justiça, alguns autores comungam da mesma opinião e contestam quanto a sua validade a estes fins. É o caso de Guerra (1997) e Sen (2000), que afirmam que na perspectiva utilitarista, a felicidade deve ser maximizada, mas não oferece informações sobre à justa distribuição da felicidade entre os indivíduos. Sen (2000) ainda faz críticas à base informacional do utilitarismo na visão de Bentham, ao afirmar ser, esta, limitada, por levar em consideração apenas aspectos

mentais, desprezando questões como as liberdades substantivas individuais⁶, a fruição ou a violação de direitos reconhecidos e os aspectos da qualidade de vida, questões que serão tratadas em momento oportuno, neste trabalho.

A utilidade é abordada de diferentes maneiras ao longo da história, um exemplo destas abordagens são as características dadas à utilidade por Adam Smith, afirmando que para cada bem há um valor de uso e um valor de troca, conflitando com a abordagem subjetiva. Em sua teoria do bem-estar econômico, que era orientada para as políticas que melhor promovessem a felicidade, tinha a preocupação de reconhecer quais as forças sociais e econômicas que tinham as maiores probabilidades de promoção do bem-estar dos indivíduos. Para Smith, então, bem-estar humano dependia da quantidade de “produto do trabalho” anual e do “número dos que deveriam consumi-lo” (HUNT, 2005. p.53).

Retornando à existência de dois valores para os bens, defendida por Smith, Bentham lança críticas de modo a contribuir para o que, futuramente, seria definida como utilidade marginal. Assim, nesse entendimento, a utilidade total de uma mercadoria não determina seu valor de troca, mas a utilidade que o acréscimo de mais uma unidade da mercadoria poderia oferecer. O que representa, por si só, que não são as quantidades de determinado bem que contribuem para a promoção da felicidade, mas sim o nível de saciedade que eles representam.

Utilizando o exemplo do aumento da renda, Bentham defende que esta é sentida mais por indivíduos mais pobres do que por indivíduos com maior poder aquisitivo, sendo necessária então, uma redistribuição da renda (BECKER, 2009). Essa visão é relevante porque o aumento da renda está relacionado ao acréscimo das possibilidades que ela traz e não ao montante final que ela apresenta. Os acréscimos são percebidos de maneira sensível mais por indivíduos que vivem no limite de subsistência imposto pela renda mínima.

As teorias desenvolvidas por Jeremy Bentham proporcionaram, então, grandes modificações benéficas em sua época, haja vista que foram formuladas em um período em que os indivíduos desprovidos de qualquer riqueza material não podiam esboçar qualquer opinião que influenciasse em assuntos políticos e sociais.

As respeitáveis contribuições ao pensamento econômico dadas por Jeremy Bentham não podem ser negadas, como o conceito da natureza humana, o conceito de maximização da utilidade, a utilidade marginal decrescente e a racionalidade dos indivíduos. Contudo, a

⁶ De acordo com Sen (2000) as liberdades substantivas individuais são as capacidades fundamentais de cada pessoa, “[...] um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, pelo menos formalmente expresso, a liberdade para estilos de vida diversos)” (SEN, 2000, p.95).

configuração que Bentham atribuiu à utilidade suscitou em muitas críticas, como por exemplo, mensurar o prazer e o sofrimento, já que estes são fatores subjetivos e individuais.

Segundo a doutrina utilitarista defendida por Bentham, todas as ações que motivam o comportamento dos indivíduos são determinadas pelo seu autointeresse. Assim, o prazer obtido ou sofrimento evitado são indicativos do seu estado de felicidade, sendo, então, o próprio indivíduo o responsável por determinar o que eleva ou diminui o seu nível de bem-estar, sua felicidade.

As ideias utilitaristas defendidas por John Stuart Mill contrariam estes princípios. Embora tenha a sua base na teoria de Jeremy Bentham, o utilitarismo defendido por Mill demonstrou insatisfação acerca da limitada designação dada à utilidade (princípio da felicidade) como busca pelo prazer e eliminação da dor, considerando que a conduta dos indivíduos é determinada pelos próprios interesses. Assim, ao passo que admite o pensamento utilitarista, Mill modificou-o, dando ênfase à qualidade do prazer obtido e não a sua quantidade, fazendo da busca da felicidade o motivo das ações humanas.

De acordo com Becker (2009), Mill afirma que,

[...] os estados de prazer e dor não forneciam elementos suficientes para distinções sutis acerca de juízos de valor sobre a qualidade desta felicidade. Acreditava que ao focar no prazer e na dor, Bentham ignorava que as pessoas tem sentimentos como aprovação e desaprovação moral (consciência), padrões de excelência e desejo de perfeição como um fim em si mesmo, senso de honra, dignidade e paixão pela beleza (BECKER, 2009, p. 18).

Deste modo, o objetivo das modificações teóricas realizadas por Mill era tornar as avaliações acerca da felicidade mais corretas e justas, uma vez que este conceito possui características complexas por incluir aspectos subjetivos em sua mensuração, indo de encontro à objetividade da mensuração proposta pela doutrina utilitarista.

Assim como na discussão apresentada pelas ideologias de Bentham e Mill, fica perceptível a importância da construção e adaptação das doutrinas ao longo da história. No que concerne à relevância das discussões inerentes à felicidade dos indivíduos, nota-se o interesse de diversas escolas e teóricos do pensamento econômico em compreender os fatores, objetivos e/ou subjetivos, que constituem o bem-estar humano. Admitindo a importância dessas reformulações teóricas, serão apresentadas a seguir as contribuições dadas pela Escola Marginalista à compreensão da busca pela felicidade.

1.2.1 Os marginalistas e as modificações na teoria da utilidade

Após adaptações na teoria da utilidade de Jeremy Bentham por Stuart Mill, estas também passaram por ajustes por parte da escola marginalista⁷. Tais transformações compuseram a Revolução Marginalista (século XIX) e produziu o início de uma série de alterações que culminaram em uma nova compreensão da Economia enquanto ciência, ou seja, o *mainstream* da economia que resultou no abandono do caráter ético.

Apesar disso, a reestruturação da teoria utilitarista possibilitou o reconhecimento das limitações teóricas anteriores e o acréscimo de ferramentas matemáticas à análise econômica. Esta nova percepção da utilidade e da Economia tem como principais preceptores William Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras.

No contexto das principais mudanças ocorridas, a ênfase da satisfação das necessidades individuais passa a ter seu foco sobre os custos de produção. A análise das condições da demanda tem como ponto central a avaliação das classes sociais, ou seja, a análise do poder de consumo dessas classes, para a melhor compreensão do comportamento dos indivíduos.

De acordo com Jevons (1996), as ideias concebidas por Bentham acerca da teoria da utilidade foram fundamentais para compor o que chamou de “verdadeira teoria da Economia”, defendendo o utilitarismo como sendo o pilar da teoria econômica. Deste modo, protege a existência de elementos psicológicos na natureza humana e vê nos sentimentos de dor e prazer à maneira concreta de se maximizar a utilidade, esboçando um cálculo matemático para a comprovação.

Em relação aos utilitaristas clássicos, Jevons discordava da comparabilidade interpessoal afirmando que a dor e o prazer são sentimentos subjetivos e pessoais e não caracterizam unanimidade entre os indivíduos. Assim, como encontrado em Hunt (2005) Jevons afirma que,

[...] nunca poderá ser feita, em caso algum, a tentativa de comparar o grau de sensação de uma pessoa com o de outra. Não vejo como se possa fazer essa comparação. A suscetibilidade de uma pessoa pode, pelo que sabemos, ser mil vezes maior do que a de outra [...]. Toda pessoa é, então, uma incógnita para a outra pessoa, e parece não poder haver um denominador comum (HUNT, 2005, p. 242).

⁷ Escola do pensamento econômico datada do ano de 1871 que tinha como foco a análise do pondo de mudança na tomada de decisões, ou seja, foco na margem. De acordo com os marginalistas as decisões dos agentes eram tomadas de forma racional dando atenção a análise da utilidade subjetiva (BRUE, 2005).

Ainda de acordo com Hunt (2005), o utilitarismo de William Stanley Jevons, ao se referir às pessoas, demonstrou interesse maior nos preços, se reportando á análise da circulação da produção e comungado da mesma opinião de Marx que afirmava que para o mercado as pessoas eram essencialmente idênticas. De tal modo,

[...] as pessoas, para Jevons, só tinham duas características que as definiam como agentes econômicos; além do mais, todas as pessoas possuíam essas duas características. Por isso, havia uma igualdade abstrata e implícita entre todas elas. A primeira característica era que elas extraíam utilidade do consumo de mercadorias: ‘Qualquer coisa que um indivíduo deseje... tem de ser vista por ele como possuidora de utilidade. Em ciência econômica, tratamos os homens não como eles deveriam ser, mas como eles são’. A segunda característica era que todas as pessoas eram maximizadoras racionais e calculistas, e o comportamento de maximização racional e calculista era o único elemento da ação humana a ser estudado em Economia: ‘Satisfazer ao máximo possível, com um mínimo de esforço – procurar obter a maior quantidade do que desejamos em troca do mínimo de coisas indesejáveis -, em outras palavras, maximizar o prazer é o problema da Economia’ (HUNT, 2005, p. 240).

Jevons afirmou, então, que o valor é totalmente dependente da utilidade e não do trabalho⁸. A variação da utilidade depende, ainda, da quantidade possuída de determinada mercadoria conferindo uma teoria de troca satisfatória, fazendo das leis comuns de oferta e demanda consequências necessárias. Para que a compreensão relativa à utilidade seja mais bem entendida, se faz necessário depreender sua teoria da utilidade marginal decrescente, na qual Jevons declara a impossibilidade de mensuração direta, pela existência de satisfação subjetiva, que só pode ser estimada através da observação comportamental dos indivíduos identificando as suas preferências (BRUE, 2005).

Rejeitando a comparabilidade entre indivíduos, assume que um único indivíduo pode fazer comparação entre quantidades diferentes de bens e a utilidade do acréscimo de sucessivas unidades deste bem. Estabelecia, então, a teoria da utilidade marginal de Jevons, que atestava ainda, que os indivíduos poderiam comparar utilidades marginais de diferentes bens.

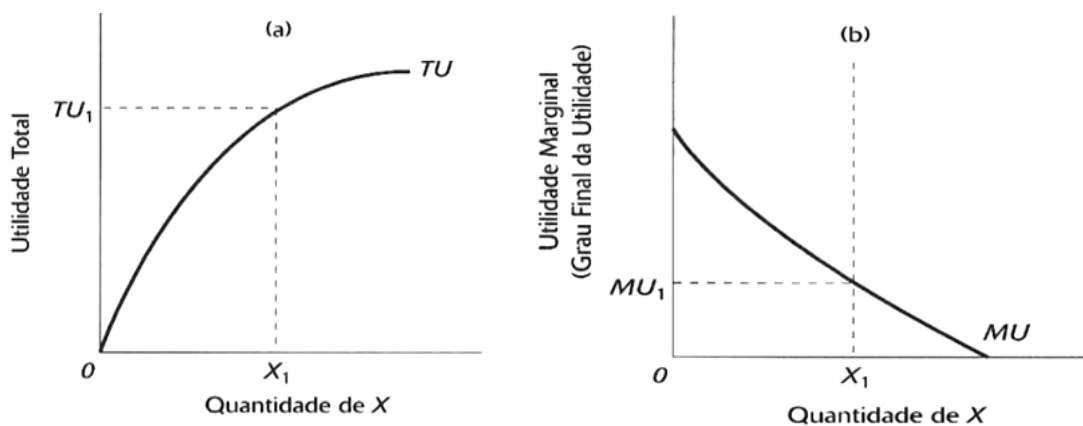
Assim, a utilidade total é a soma de toda a utilidade obtida à medida que quantidades de determinado bem é consumido, no entanto, à medida que cada unidade desse bem é acrescida, sua utilidade marginal total diminui a taxas decrescentes.

⁸ Para Jevons, o trabalho apenas determina valor de forma indireta por consequência de um aumento ou limitação de oferta (BRUE, 2005).

Essa variação na utilidade total configura a teoria da utilidade marginal decrescente. De acordo com Jevons, conforme ratificado por Brue (2005),

[...] o grau final de utilidade [...] varia de acordo com a quantidade da mercadoria e, conseqüentemente, diminui à medida que a quantidade aumenta. Não há mais nenhuma medida que continuamos a desejar com a mesma força, seja qual for a quantidade já em uso ou possuída (BRUE, 2005, p.233).

A utilidade total e a utilidade marginal (grau final de utilidade) foram ilustradas graficamente por William S. Jevons como mostra a Figura 1. No primeiro gráfico, apresenta-se a utilidade total (TU) no eixo vertical e a quantidade de determinada mercadoria X no eixo horizontal. Nota-se que a utilidade total (TU) aumenta à medida que o consumo de X aumenta, contudo, esse aumento se dá a uma taxa decrescente, adicionando uma quantidade menor de utilidade do que a unidade anterior. No segundo gráfico, demonstra-se a variação na utilidade total (TU), ou seja, apresenta a utilidade marginal (MU). Onde fica evidente que a utilidade marginal diminui à medida que as quantidades consumidas de determinada mercadoria cresce. Chegando a zero quando o máximo do bem X é consumido.



Fonte: BRUE (2005).

Figura 1.1: Lei da utilidade Marginal Decrescente de Jevons

Na sequência, a teoria da utilidade de Carl Menger⁹ pode ser comparada com a defendida por Jevons no que se refere à utilidade total e à utilidade marginal, mas, ao contrário de Jevons, recusa o emprego de cálculos matemáticos em sua teoria da utilidade,

⁹ Carl Menger (1840-1921) proporcionou, através dos seus estudos, impactos duradouros a teoria econômica, principalmente aos economistas pertencentes à escola austríaca. Sua teoria foi baseada no conceito de utilidade com análise subjetiva do valor, fazendo uma ligação da teoria da utilidade marginal à satisfação dos desejos dos indivíduos.

embora tenha utilizado de exemplos numéricos para explicá-la. A Tabela 1 é um modelo da aplicação do princípio de utilidade de Menger, onde as unidades consumidas estão representadas verticalmente e os bens estão relacionados por ordem de importância e abaixo de cada coluna desses bens as adições sucessivas no consumo, ou o uso e a satisfação proporcionada a cada aumento.

Tabela 1: O conceito de Menger sobre a Utilidade Marginal Decrescente

Unidade consumida	GRAU DE SATISFAÇÃO MARGINAL									
	<i>I</i>	<i>II</i>	<i>III</i>	<i>IV</i>	<i>V</i>	<i>VI</i>	<i>VII</i>	<i>VIII</i>	<i>IX</i>	<i>X</i>
1	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1
2	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0
3	8	7	6	5	4	3	2	1	0	
4	7	6	5	4	3	2	1	0		
5	6	5	4	3	2	1	0			
6	5	4	3	2	1	0				
7	4	3	2	1	0					
8	3	2	1	0						
9	2	1	0							
10	1	0								
11	0									

Fonte: BRUE (2005).

Nesta tabela, Menger procurou demonstrar a utilidade marginal de uma determinada mercadoria, evidenciando como o consumidor maximiza a sua utilidade. Como exemplo, tomou-se a coluna identificada por II (mercadoria do tipo II) e como quantidade consumida, 06 (seis) unidades. Fazendo a ligação entre as colunas obtém-se a utilidade marginal da mercadoria, que no exemplo utilizado assume valor 04 (quatro). Quanto à utilidade total, basta realizar a soma das utilidades marginais da coluna até a quantidade de mercadorias consumidas, que para o caso exemplificado assume valor 39 (9+8+7+6+5+4) (HUNT, 2005). De acordo com Menger, o valor de troca de determinado bem depende da importância subjetiva atribuída a este bem pelos indivíduos.

Jevons citado por Brue (2005. p. 242), assevera que “o princípio que leva os homens à permuta é o mesmo que os orienta em suas atividades econômicas como um todo; é o esforço de garantir a mais completa satisfação possível de suas necessidades”. Assim, satisfazer as necessidades dos indivíduos é aumentar o seu nível de bem-estar objetivo e também subjetivo, proporcionando-lhe um maior grau de felicidade.

Léon Walras¹⁰, considerado um dos fundadores da Escola Matemática, participou da Revolução Marginalista, já mencionada. A sua contribuição acerca da teoria da utilidade marginal decrescente fora análoga as teorias de Jevons e Menger, tendo maior destaque em sua teoria geral do equilíbrio onde “todos os preços teriam de ser determinados simultaneamente, tantos pelo total das utilidades de todos os consumidores quanto pelas inter-relações que existem entre todos os mercados” (HUNT, 2005, p.253). A teoria do equilíbrio geral não será aqui tratada com maior ênfase, pois esta será melhor especificada no próximo capítulo.

Como arcabouço teórico próprio da maioria dos utilitaristas, Walras admitia a divisão da sociedade em classes sociais. Portanto, os indivíduos assumiam diferentes posições no processo produtivo, fazendo dos desejos subjetivos componentes essenciais para a configuração das utilidades pessoais e que os preços de equilíbrio eram reflexos das necessidades que proporcionavam a satisfação dos indivíduos.

Partindo-se do que até aqui fora exposto, são indispensáveis algumas considerações relativas ao autointeresse como condição motivadora para felicidade e bem-estar dos indivíduos como será visto a seguir.

1.3 Algumas considerações sobre o autointeresse e a promoção da felicidade

De acordo com Kerstenetzky (2005), desde a sua origem na Fisiocracia até as perspectivas mais recentes do *mainstream* econômico, o estudo do comportamento individual autointeressado tem exercido bastante influência na teoria econômica. Embora o subsídio do interesse próprio seja válido, a verificação da legitimidade com o intuito de aplicação deve ser cautelosa, pois existe uma diversidade de interpretações.

O fato é que a contribuição prestada pelo autointeresse é essencial para a compreensão da conduta dos indivíduos mediante as suas escolhas com o objetivo de maximizar o bem-estar e obter o máximo nível de felicidade possível. Todavia, é bom considerar que o comportamento individual por interesse próprio não constitui um padrão de comportamento único e que não reflete, na totalidade, a natureza dos indivíduos. Mas, para efeito deste trabalho, o foco aqui será no comportamento autointeressado.

¹⁰ Léon Walras (1834-1910) é considerado um dos precursores da escola marginalista. Defensor da teoria do equilíbrio geral considerava que a livre iniciativa era o caminho para se atingir a justiça social.

A concepção do autointeresse carrega, historicamente, características intrínsecas que lhe confere qualidades otimizadoras, políticas e morais e, por isso, resulta em teorias que afirmam ser de responsabilidade individual à promoção do bem-estar público.

Para a análise positiva¹¹ da economia, o autointeresse é motivado pela escolha racional com a finalidade de maximização da utilidade individual e por consequência, a utilidade coletiva, levando em consideração aspectos objetivos e a forte influência dos aspectos subjetivos (psicológicos). Kerstenetzky (2005) assegura que essa análise da teoria ocupa-se em definir quais são os conteúdos que compõe estes interesses, demonstrando o comportamento agregado, ou seja, qual a influência exercida pelos interesses individuais na utilidade (bem-estar/felicidade) da coletividade.

No contexto da análise econômica normativa¹², o interesse próprio atua “como a motivação que deveria guiar as demais motivações e impulsos dos indivíduos e, além disso, seria a única capaz de conduzi-los a uma coordenação espontânea e harmônica de suas ações” (KERSTENETZKY, 2005, p.256).

O comportamento dos indivíduos é explicado por Smith como a motivação para melhorar a sua condição, de acordo com os seus interesses, e por consequência, não porque fosse o objetivo, o interesse público. Diante do exposto, Adam Smith afirma que,

[...] o homem necessita sempre da ajuda dos seus semelhantes e não pode esperar que estes lhes deem por mera bondade. Ser-lhe-á mais fácil consegui-la se puder explorar a seu favor o amor próprio dos outros e lhes puder demonstrar que têm vantagem em fazer por ele aquilo que lhes é pedido. [...] Dê-me o que quero, e terá aquilo que deseja. [...] É assim que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. Não é por generosidade que o homem do talho, quem faz a cerveja ou o padeiro nos forneçam os alimentos: fazem-no no seu próprio interesse” (SMITH, 1978, p.14).

Sen (2002) defende e admite que seja senso comum a compreensão sobre o comportamento autointeressado dos indivíduos a partir da leitura da obra de Smith, e que muitas das ações assim praticadas geram resultados positivos, mas que a real intenção de Smith é demonstrar como e por que as transações no mercado ocorrem e como e por que funciona a divisão do trabalho. Ressalta ainda que, embora as operações no mercado possam ser “mutuamente vantajosas”, Smith não considera o autointeresse como comportamento único que justifique as ações humanas.

¹¹ A proposta da economia positiva (teoria econômica) é a questão do saber, “o que é” (GUERRA, 1997, p.7).

¹² A economia normativa (teoria do bem estar) debate as questões relacionadas com “o que deve ser” (GUERRA, 1997, p.7).

Os utilitaristas por sua vez, defendem o autointeresse e sinalizam que os interesses públicos nada mais são do que o resultado da soma dos interesses individuais. Assim, Jeremy Bentham, por exemplo, advoga que o bem-estar social está na maximização da felicidade geral proporcionada pela maximização da felicidade individual.

Jevons, por sua vez, declara que o que motiva as ações dos indivíduos é o interesse em aumentar o seu nível de utilidade, acrescentando à sua vida mais prazer e evitando o sofrimento. Assim para Jevons “todo indivíduo deve ser considerado alguém que troca puramente de acordo com as suas próprias necessidades ou interesses privados” (JEVONS, 1996, p.97).

No contexto ético, com destaque ao utilitarismo, os princípios que devem nortear o comportamento humano baseado no interesse são a moralidade e a prudência das ações. A moral é um componente da vida humana em sociedade com existência subjetiva independente do grau dessa existência. Portanto, não se adquire a moralidade, pois esta incorpora uma extensão de valor e não de acontecimentos no fenômeno da existência e convivência humana.

Além da alteridade, pressuposto que afirma a dependência e interação dos indivíduos em sociedade, a moralidade constitui-se ainda na presença de interesses antagônicos entre estes indivíduos e o respeito mútuo dos interesses em questão. Assim, Cardia (1998) afirma que,

[...] não há, nunca houve, não haverá (salvo em trágica situação limite), ser humano isento de qualquer relação com qualquer outro ser humano. [...]. Sem alteridade não seria pensável a moralidade. Em sentido assim elementar, toda a moralidade é necessariamente social. [...] A moralidade não requer que se não tratem os outros como meios dos nossos fins; requer, mais rigorosamente, que nos tratemos a nós também como meios de fins de outros (CARDIA, 1998, p.168-169).

O princípio da prudência é considerado menos complexo que o princípio da moralidade. Ao se tratar de prudência, considera-se a promoção e proteção do interesse próprio, prezando as consequências das suas ações e incluindo o interesse alheio apenas como cálculo, proteção e promoção dos próprios interesses, não podendo ser comparada a alguma forma de egoísmo, este entendido como prudência para a obtenção de benefícios próprios sem o respeito à condição do outro, de tal modo que “a prudência é a consideração dos interesses dos outros do ponto de vista do cálculo do interesse próprio” (CARDIA, 1998, p.169).

Com base nos princípios da moralidade e da prudência, avaliando os interesses individual e geral na promoção da felicidade, tais interesses são considerados assimétricos,

pois a realização da felicidade acontece segundo os interesses de cada um, e não há como proporcionar a felicidade geral mesmo diante da realização do interesse geral, já que a felicidade é uma experiência individual e de interesse pessoal.

Ainda de acordo com Cardia (1998), as pessoas buscam prazer em suas diversas formas e para isto procuram evitar situações que lhes causem sofrimento. O hedonismo, como teoria psicológica, busca explicar as origens do comportamento dos indivíduos com base na procura do prazer e no desviar-se do sofrimento. E, enquanto doutrina moral, é uma ética protonormativa que admite que os seres humanos devam ser guiados pela procura do prazer e evitar o sofrimento.

Satisfazer interesses não significa alcançar a felicidade. A experiência da felicidade é algo subjetivo e depende exclusivamente de questões individuais. Portanto, os interesses podem ser satisfeitos e não haver a experiência da felicidade, ou pode-se alcançar a felicidade mesmo que os seus interesses não sejam satisfeitos e ainda há a possibilidade da experiência da felicidade colocar-se além da satisfação dos interesses que para ela possam contribuir. Isto pode ser explicado pelo motivo de que as pessoas reagem emocionalmente de maneiras distintas em situações semelhantes, ou seja, a felicidade se apresenta, de maneira distinta também (CARDIA, 1998).

Considerando a inclusão de fatores psicológicos na análise do comportamento humano, este capítulo analisou a relação entre utilidade e felicidade, constatando que a felicidade é uma experiência individual, ou seja, a utilidade proporcionada dependerá da receptividade do indivíduo, positiva ou negativa, a eventos por ele vivenciados.

Dando continuidade à discussão acerca da felicidade, o próximo capítulo trará os principais aspectos e contribuições sobre o bem-estar na ótica da economia do bem-estar, que é tratado com foco em fatores objetivos (principalmente a renda), e a nova abordagem do bem-estar sob a perspectiva da economia da felicidade, que é a finalidade do capítulo.

2

FELICIDADE: uma nova perspectiva sobre o bem-estar

Desde os primeiros conceitos sobre economia, ficou evidenciada a preocupação com a promoção do bem-estar dos indivíduos, através da satisfação das necessidades individuais e coletivas, como objetivo fim da mesma. Assim, admitindo o princípio de que a economia ocupa-se da satisfação de necessidades infinitas, com a melhor alocação dos recursos disponíveis e, por finalidade, proporcionar aos indivíduos o maior nível de bem-estar possível, a Economia do Bem-estar tem a preocupação de promover o bem-estar por meio da eficiência econômica e da distribuição de renda entre os indivíduos.

A atenção dispensada ao tema por parte da economia do bem-estar está voltada, principalmente, na busca por métodos que possibilitem a maximização do bem-estar social e, para que o objetivo seja alcançado, os economistas que se dedicam a esta área, recorrem, por exemplo, ao estudo de regras para obter o bem-estar máximo, à análise dos problemas de custos e benefícios, e à disparidade entre rendas.

A inquietação por parte dos estudiosos da economia do bem-estar concentra-se, então, nos fatores que otimizam o bem-estar, identificando os elementos que impedem o alcance do mesmo, e em como promover o bem-estar máximo procurando uma forma de remover tais elementos que impendem o processo (BRUE, 2005). Evidencia-se, assim, a preocupação com a satisfação das necessidades dos entes econômicos.

Para Sousa (2011), a economia do bem-estar traz discussões interessantes acerca da distribuição e redistribuição de renda, do crescimento econômico, da inflação e do desemprego, mas faz algumas considerações a respeito. Nessa análise, para a obtenção da melhoria nos níveis de bem-estar dos membros de uma determinada sociedade há o sacrifício do bem-estar de indivíduos que estejam em posições inferiores nesta mesma sociedade. A crítica estabelecida por Sousa (2011) está referenciada na teoria do equilíbrio geral que será exposta em momento oportuno. Portanto, nessa concepção,

[...] a economia do bem-estar vem se desenvolvendo de modo assustador, colocando os mais interessantes temas da atualidade especificamente a distribuição de renda, a redistribuição de renda, o crescimento econômico, inflação, desemprego, que deixam a sociedade em níveis melhores de posição, porém em detrimento de grupos inferiores dessa mesma sociedade. Portanto, a economia do bem-estar hoje é uma fonte de grande controvérsia, com forte crítica, visto que, pela imperfeição do sistema, nunca se chegará

ao equilíbrio geral, nem tão pouco ao bem-estar pregado pelos economistas da atualidade (SOUSA, 2011, p.1).

Nesse mesmo sentido, o economista Amartya Sen (2002) também faz algumas considerações a respeito da economia do bem-estar e quanto à definição do que pode ser considerado provedor de bem-estar aos indivíduos. Em seu livro *Sobre Ética e Economia*, Sen (2002) responsabiliza a precariedade da economia do bem-estar por abandonar as questões éticas (ou o estudo dos fatores subjetivos ao bem estar individual) que norteiam o comportamento dos indivíduos. Defende, então, que a economia atualmente, vê as ações dos indivíduos apenas como comportamento autointeressado sem juízo ético e está vinculado, apenas, ao aspecto consuntivo do comportamento dos entes socioeconômicos.

Portanto, o abandono da ética por parte dos economistas que defendem a análise da economia do bem-estar, permite que o julgamento na análise do bem-estar dos indivíduos seja feito de maneira a considerar apenas as utilidades obtidas pela supressão das necessidades (em bens ou serviços adquiridos) e a soma total dessas utilidades à resposta para a aplicação de políticas públicas, indicando o aumento ou diminuição do bem-estar social.

Os agentes econômicos estabelecem apenas uma relação interdependente entre produtores e consumidores e, em seu comportamento autointeressado, não é considerado aspectos que possam justificar suas ações como, por exemplo, a influência de características subjetivas (as experiências vividas e as suas expectativas quanto ao futuro).

Como já mencionado, a preocupação da economia com o estudo do bem-estar remonta à própria história da economia. Todavia, a análise que a princípio considerava o comportamento humano e todas as suas características intrínsecas, sejam elas de caráter ético e/ou psicológico, fora substituída pela análise das utilidades objetivas, ou seja, o bem-estar passou a ser avaliado por critérios de renda e potencialidades de consumo.

Porém, a partir de 1970, a observação de alguns economistas acerca da relação renda e bem-estar provocou o interesse sobre o estudo dos determinantes do bem-estar considerando não somente as variáveis objetivas, mas a inclusão de variáveis de caráter subjetivo (como as experiências vivenciadas, os sentimentos e as expectativas em relação ao futuro etc.), que passam a ser utilizadas em estudos de Psicologia.

Este novo modo de avaliar o bem-estar é conhecido como abordagem da felicidade, tendo Richard Easterlin¹³ como precursor do pensamento a partir de 1974 (NASCIMENTO

¹³ Richard Easterlin (1926) é economista e ficou conhecido pela publicação do seu artigo *Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence (O crescimento econômico pode melhorar a vida humana? Algumas evidências empíricas* publicado em 1974 e pelo paradoxo de Easterlin. Neste artigo Easterlin estabelece

JÚNIOR, 2007). Assim, a avaliação da satisfação com a vida dos indivíduos sobre o viés da inclusão da utilidade subjetiva pela abordagem da felicidade se dá através do questionamento direto dos indivíduos sobre como se sentem em relação às suas vidas. Deste modo, através do nível de felicidade informada (não se sente feliz, se sente feliz ou se sente muito feliz), pode-se relacionar o bem-estar com variáveis de caráter social, econômica e institucional.

Os pesquisadores que se dedicam a estudar os determinantes de bem-estar com foco na felicidade defendem que este tipo de pesquisa pode contribuir para a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos. A esse respeito, Corbi e Menezes-Filho (2006) completam que,

[...] um estudo deste tipo pode ser útil de diversas maneiras. Políticas sociais, por exemplo, implicam custos para alguns indivíduos e, dessa forma, faz-se necessária uma avaliação dos efeitos líquidos dessas ações em termos de utilidade individuais (felicidade) (CORBI; MENEZES-FILHO, 2006, p.519).

Assim, neste capítulo será apresentada uma revisão teórica sobre a análise do bem-estar através da perspectiva da economia do bem-estar e da economia da felicidade já que se considera fundamental explicitar o bem-estar na dimensão proposta pela economia do bem-estar, tópico que se segue e, em relação à fundamentação teórica quanto à economia da felicidade, objeto fim desse trabalho.

2.1 A economia do bem-estar

A economia do bem-estar fundamenta-se em princípios neoclássicos para apresentar “soluções” a respeito da supressão das necessidades dos indivíduos, tidas como infinitas, e a alocação de recursos escassos. No que tange à discussão sobre necessidades infinitas e escassez de recursos, Mundell (1978) faz algumas observações pertinentes ao explicar que a necessidade é critério indispensável à economia por exercer influência sobre o consumo, que é o fim de toda a produção e do ciclo econômico fundamental.

Assim, se não houvesse as necessidades, não existiria espaço para a realização de escolhas, por consequência o desestímulo para o consumo, fazendo com que não houvesse o funcionamento perfeito da economia. A supressão das necessidades dos indivíduos é,

que a felicidade dos indivíduos não aumenta com a riqueza, embora haja relação positiva entre o dinheiro e a felicidade (NASCIMENTO JÚNIOR, 2007).

portanto, a soma das necessidades aos recursos, por intermédio da produção de bens e do seu consumo.

Com relação à limitação e escassez dos recursos, os bens produzidos são capazes de afetar positiva ou negativamente o bem-estar dos indivíduos, isto dependendo da forma como ele é disponibilizado às pessoas que dele necessitam. Desta afirmação provém o debate sobre limitação e escassez dos recursos.

Os recursos são considerados limitados, porém a sua escassez é definida pela condição com a qual ele é oferecido. Um exemplo clássico nos dias atuais é a quantidade de água disponível para o consumo. Pode-se afirmar que, com a poluição de rios e afins, a água é um recurso limitado e escasso, pois é fruto de uma situação restritiva, no caso, a poluição. Embora, em termos de oferta, a sua disponibilidade ainda se apresenta capaz de suprir as necessidades da sociedade.

A escassez condiciona os indivíduos ao ato da escolha, que está atrelada às oportunidades disponíveis. Deste modo, a escolha racional dependerá, então, das necessidades (incluindo fatores subjetivos) e preferências dos indivíduos de modo a otimizar e maximizar o seu bem-estar, conforme determina a própria teoria marginalista que trata do comportamento do consumidor, já que atribuem à escolha, as preferências individuais que, de certa forma, estão atreladas aos hábitos, que, em essência, trata-se de um fator subjetivo ao consumo e, conseqüentemente à felicidade nos moldes da análise do bem-estar.

A partir das considerações feitas por Mundell (1978), pode-se verificar com mais clareza o papel da economia do bem-estar em buscar otimizar as escolhas realizadas através da alocação eficiente dos recursos e da distribuição de renda. Contudo, no que tange ao processo de escolha, esses são considerados apenas fatores de caráter objetivo.

A economia do bem-estar está vinculada a noção de equilíbrio geral desenvolvida por Walrás e posteriormente aprimorada por Vilfredo Pareto¹⁴ (como a otimização de Pareto ou o bem-estar máximo). Esse corresponde ao princípio básico já mencionado, a saber, a otimização na alocação de recursos escassos e a distribuição eficiente da renda.

De acordo com Varian (2006), este contexto pode ser compreendido através dos dois Teoremas Fundamentais do Bem-Estar, que buscam identificar se há eficiência nas trocas em mercados competitivos. Mas, antes de prosseguir com a explanação sobre os Teoremas, faz-se necessária a compreensão do que venha a ser o ótimo de Pareto.

¹⁴ Vilfredo Pareto (1848-1923) é considerado pelos historiadores do pensamento econômico com o criador da nova economia do bem-estar e que se fundamenta na teoria do equilíbrio geral desenvolvida anteriormente por Walras. Introduziu na economia o conceito de ótimo de Pareto e a noção das curvas de indiferença.

O bem-estar máximo, de acordo com Vilfredo Pareto (1996), é atingido quando não há mais possibilidades de melhorar a situação de um indivíduo sem que haja perda de bem-estar de outro indivíduo, ou seja, não há a possibilidade de que todos os indivíduos alcancem altos níveis de bem-estar ao mesmo tempo.

Assim sendo, o ótimo de Pareto não admite que o bem-estar dos agentes econômicos sofra alterações negativas em detrimento da melhoria do bem-estar de outros agentes.

O equilíbrio, para Pareto, está relacionado à eficiência na produção de bens e o seu consumo. É a posição onde qualquer mudança que houver na estrutura da economia, acarrete no ganho para alguns agentes e em perdas para outros, pois os mesmos já se encontram em situação de equilíbrio econômico e social em condições de concorrência perfeita (SOUSA, 2011).

Nesta dimensão ótima, alguns critérios devem ser considerados, a saber, a distribuição ideal de bens entre os consumidores, a alocação técnica ideal de recursos e as quantidades ideais de produção.

Para Amartya Sen (2002), entretanto, com o descontentamento já exposto, o ótimo de Pareto é a possibilidade sobrevivente após o abandono das comparações interpessoais de utilidade e a adoção de tendência antiética pela economia, pois a eficiência econômica só pode ser alcançada “se e somente se for impossível aumentar a utilidade de uma pessoa sem reduzir a utilidade de alguma outra” (SEN, 2002, p.47).

Ainda sobre considerações de Sen (2002), essa teoria apresenta configurações importantes para a Economia, contudo, pode ser considerada limitada, reafirmando a sua limitação ética no que tange à avaliação da realização social uma vez que,

[...] um estado pode estar no ótimo de Pareto havendo algumas pessoas na miséria extrema e outras nadando em luxo, desde que os miseráveis não possam melhorar suas condições sem reduzir o luxo dos ricos (SEN, 2002, p.48).

Após exposição do bem-estar máximo definido por Pareto, retome-se a exposição sobre os Teoremas Fundamentais do Bem-Estar. O primeiro Teorema declara que todo equilíbrio advindo de um mercado competitivo é eficiente de Pareto. Este teorema se refere à própria definição do ótimo de Pareto. Embora se preocupe com o bem-estar individual por ter a responsabilidade em não diminuir o bem-estar do indivíduo em razão da melhoria no bem-estar de outro indivíduo, este não deixa explícitos os aspectos relacionados à distribuição de benefícios econômicos. Assim sendo,

[...] um mercado competitivo irá esgotar todos os ganhos de trocas: uma alocação de equilíbrio alcançada por um conjunto de mercados competitivos será necessariamente eficiente no sentido de Pareto. Tal alocação pode não ter outras propriedades desejáveis, mas será necessariamente eficiente. [...] o Primeiro Teorema do Bem-Estar não diz nada sobre a distribuição dos benefícios econômicos (VARIAN, 2006, p.620).

Ao que se refere o Segundo Teorema, a economia do bem-estar afiança que na ausência de externalidades, tais como economias de grandes escalas e ausência de bens públicos, “cada estado social Pareto-ótimo é também um equilíbrio perfeitamente competitivo em relação a algum conjunto de preços” (SEN, 2002, p.50).

Nestas condições,

[...] os problemas de distribuição e eficiência podem ser separados. Qualquer alocação eficiente no sentido de Pareto que se queira obter pode apoiar-se no mecanismo de mercado. Os mecanismos de mercado são neutros do ponto de vista da distribuição; quaisquer que sejam os nossos critérios a respeito de um bem ou da distribuição justa do bem-estar, podemos utilizar os mercados competitivos para alcançá-la (VARIAN, 2006, p.627).

Embora transpareça limitada a análise sobre o bem-estar a partir dos Teoremas Fundamentais da Economia do Bem-Estar, estes reafirmam a preocupação da Ciência Econômica em estudar e promover o bem-estar dos indivíduos, embora pelo aspecto produtivista e consumista, para determinar o ponto ótimo entre as maximizações do bem-estar dos entes econômicos (sob o aspecto dos ofertantes e atrelados à maximização da renda percebida pela lucratividade e dos demandantes, sob o aspecto da maximização da renda na ótica do maior consumo com a renda percebida).

2.1.1 Algumas contribuições à análise do bem-estar

De certo, Pareto (1996) com a sua teoria do equilíbrio geral, proporcionou contribuições duradouras e de grande destaque para a análise do bem estar. Muitos foram os colaboradores para o desenvolvimento da Economia do Bem-Estar. Todos com o intuito de proporcionar aos agentes econômicos o maior nível de bem-estar possível através de fatores objetivos (renda, produção e consumo).

Arthur Cecil Pigou¹⁵ foi um desses teóricos que contribuiu no desenvolvimento de teorias que pudessem desvendar os elementos que compõem o bem-estar dos indivíduos. Preocupado, em especial, com a situação dos indivíduos desprovidos de riqueza material na sociedade, Pigou admitia que o papel do governo na promoção do bem-estar era crucial e que poderia ser conseguido por meio da aplicação de políticas com este fim. Não sendo adepto da teoria do equilíbrio geral de Pareto, optou por seguir a análise do equilíbrio parcial dos clássicos e utilitaristas.

Na defesa do bem-estar social, Pigou analisou a redistribuição de renda e assegurava que se houvesse uma maior igualdade de renda entre os indivíduos esta proporcionaria um aumento no bem-estar econômico, tornando possível a avaliação e a comparação de bem-estar entre os indivíduos, pois estes estariam no mesmo nível de renda e possuiriam características semelhantes (mais ainda com base, primordial, no contexto dos fatores objetivos do bem-estar).

Outra contribuição importante dada por Pigou ao exame do bem-estar foi a análise da divergência entre custos e benefícios marginais privados e sociais. Segundo a sua avaliação, as diferenças entre os custos e benefícios privados e sociais contribuem para a análise do bem-estar, pois no processo de produção e consumo, os custos e benefícios podem ocorrer de maneira distinta entre as esferas. Deste modo que a conclusão de Pigou sobre a promoção do bem-estar pelos mercados concorrentes nem sempre ocorre de maneira positiva, assim, o papel do governo deve ser o de igualar os custos e os benefícios marginais privados e sociais entre os agentes (BRUE, 2005).

Outro colaborador importante para a economia do bem-estar foi o economista Kenneth Joseph Arrow¹⁶, que através do aprofundamento dos seus estudos conseguiu encontrar algumas inconsistências para a promoção do bem-estar em teorias anteriores e desenvolveu o Paradoxo de Arrow ou teorema das impossibilidades.

O teorema das impossibilidades declara ser impossível fazer uma escolha dentro do conjunto de alternativas sem violar algumas delas. Para ilustrar o teorema das impossibilidades, Arrow, garantindo a relação entre preferências individuais e escolhas sociais através do voto democrático, estabelece quatro condições mínimas que as escolhas sociais devem atender para que representem, de maneira consistente, as preferências individuais dos agentes envolvidos.

¹⁵ Pigou, Arthur C. *The Economics do Welfare*, 1920.

¹⁶ ARROW, Kenneth J. *Social choice and individual values*, 1951. Considerado um dos fundadores da nova economia neoclássica, Arrow se destacou por suas contribuições a teoria ds escolhas sociais através do teorema das impossibilidades (BRUE, 2005).

As condições mínimas são: as escolhas sociais devem ser transitivas; as escolhas sociais não podem ser impostas por alguém que esteja dentro ou fora da comunidade; as mudanças sociais não devem partir para a direção oposta das escolhas individuais e; uma preferência social entre duas opções deve depender somente de preferências relacionadas a essas duas opções disponíveis e não de opiniões das pessoas acerca de outras opções (BRUE, 2005).

Após análise, Arrow concluiu que não há como fazer escolhas sem que as condições propostas fossem violadas. Deste modo, as escolhas sociais não são capazes de promover o bem-estar máximo e não respeitam as escolhas individuais dos eleitores.

O debate sobre o bem-estar também permeou o sistema socialista. O que se espera neste tipo de gestão é o alcance do maior nível de bem-estar possível para os indivíduos já que o seu objetivo é promover a justiça e a igualdade entre os indivíduos. Neste aspecto, Ludwig von Mises¹⁷ foi um dos teóricos que ofereceu subsídios a este debate sugerindo que a maximização do bem-estar no sistema socialista obedecesse ao mesmo cálculo do sistema capitalista, que obedece aos seguintes critérios: posse privada dos recursos, mercados livres e empresários. Mas, de acordo com esses critérios não é possível no sistema socialista à alocação de capital de modo a possibilitar tal cálculo para o bem-estar.

Após sucinta explanação acerca do bem-estar como objeto de estudo na economia e o desenvolvimento da economia do bem-estar, será abordado a seguir o bem-estar sob a ótica da mais nova abordagem da economia, a Economia da Felicidade, que não por acaso é a referência teórica para o estudo de caso a que este trabalho se propõe.

2.2 Felicidade: o bem-estar além da dimensão objetiva

Até aqui buscou-se demonstrar o interesse da Ciência Econômica pelo estudo da felicidade dos indivíduos, seja pela teoria utilitarista com enfoque ético-filosófico ou pela economia do bem-estar, sob aspectos objetivos. A partir de agora se faz uma análise do bem-estar sob a perspectiva da abordagem da felicidade. Para tanto, faz-se necessária à observação

¹⁷ Mises, Ludwig von. Human action: a treatise on economics, 1949. Ludwig von Mises (1881-1973) foi um importante estudioso do bem-estar no âmbito socialista. Defendia a liberdade econômica através das liberdades individuais (BRUE, 2005).

de que, para efeito deste trabalho, a felicidade deve ser compreendida como uma associação direta entre felicidade, satisfação de vida e bem-estar.

Quando se questiona alguém a respeito do que vem a ser felicidade ou se essa pessoa se considera feliz, é comum a associação com contentamento, sucesso ou êxito, mas em algumas situações também se atrela a felicidade ao dinheiro, fazendo ou não interdependência entre fatores objetivos e/ou subjetivos como será abordado.

Conceituar, definir ou descrever a felicidade não se constitui uma tarefa fácil. Principalmente por se tratar de um fenômeno (sentimento/estado de espírito) que se experimenta individualmente, dotado de características subjetivas difíceis de serem mensuradas e que podem ser, ou não, decorrentes de fatores objetivos, que para este trabalho estão relacionados com a satisfação de necessidades de acordo com a renda.

Portanto, a dificuldade da conceituação se dá pela sua complexidade, pois se tratando de experiência individual, admitem-se diversas formas de compreensão. Partindo desse entendimento, Corbi e Menezes-Filho (2006, p.519) afirmam que “o termo felicidade pode ser associado a muitos conceitos e noções”.

Como já mencionado, o filósofo Aristóteles faz uma relação direta entre economia e a felicidade relacionando esta última com questões éticas. Segundo a sua definição, o alcance da felicidade plena está intimamente ligada ao comportamento dos indivíduos. A felicidade é então, atingida através do que Aristóteles denominou “meio-termo”, ou seja, o ser humano deve dosar as suas atitudes e baseá-las a uma conduta moral duradoura adquirida através da prática.

De acordo com Frey e Stutzer (2002), a felicidade dos indivíduos sempre despertou interesse entre estudiosos de diversas áreas, pois se configura, assim como para Aristóteles, o objetivo final do homem, admitindo que, independente das formas todos os seres humanos buscam a felicidade.

Pode-se afirmar que a felicidade é objeto de várias discussões em diversas áreas do conhecimento, como as discussões filosóficas que abarcam questões éticas, nos instrumentos de estudos da Psicologia através do aprofundamento do comportamento humano e, também pela Ciência Econômica que inclui na análise do bem-estar a avaliação da qualidade de vida dos indivíduos por meio da renda, produção e consumo, incluindo avaliações subjetivas relacionadas com a satisfação de vida dos indivíduos.

Se há complexidade em definir felicidade de um modo geral, fazer esta relação no âmbito econômico torna-se ainda mais complexo por causa das correlações que se faz com a economia, ligando-a a eventos mensuráveis objetivamente. Assim, Blanchflower e Oswald

(2000) definem a felicidade, no campo econômico, como a satisfação que os indivíduos têm a respeito de suas vidas, considerando essa satisfação de uma maneira vasta, ou seja, no todo (econômico, social, familiar).

Dando continuidade à definição econômica de felicidade e para melhor avaliação, Corbi e Menezes-Filho (2006) aconselham não utilizar o termo felicidade de maneira aleatória, como

[...] para caracterizar a satisfação em relação a eventos específicos da vida, e sim a vida como um todo. Ele cobre o passado, o presente e o futuro, através da antecipação da apreciação de experiências futuras, sendo que às experiências vividas em períodos diferentes podem ser atribuídos pesos diferentes dentro da avaliação (CORBI; MENEZES-FILHO, 2006, p.519).

Quando abordado sob a ótica da economia do bem-estar, o bem-estar foi tratado apenas com base nas utilidades objetivas dos indivíduos, especialmente as referentes à renda. Com o tempo observou-se que analisar o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos apenas sob o critério da renda não respondia a alguns questionamentos sobre indicadores relacionados ao bem-estar como o aumento da criminalidade, a depressão e os suicídios, por exemplo, como ocorre nos países escandinavos onde as variáveis econômicas que expressam o equilíbrio, o bem-estar e o desenvolvimento socioeconômico pleno apresentam, também, os maiores índices de suicídio do mundo.

Surgia, então, a necessidade de se incorporar a análise de fatores subjetivos, como sentimentos, experiências de vida e expectativas futuras. É dessa necessidade que surge a análise do bem-estar através da economia da felicidade.

Em seu livro *Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização*, o economista e filósofo Eduardo Giannetti (2002) trata a discussão sobre a felicidade expondo a sua importância para o processo civilizatório. Afirma que “a realidade objetiva não é toda a realidade: é apenas parte dela” (2002, p.32), afirmando que o bem-estar dos indivíduos é constituído não apenas de fatores objetivos, mas que os fatores subjetivos exercem forte influência em suas vidas. O bem-estar humano depende, então, de como as pessoas se sentem em relação as suas vidas enquanto as coisas a sua volta acontecem.

A felicidade admite, portanto, duas dimensões: a dimensão objetiva e a dimensão subjetiva. A dimensão objetiva está diretamente ligada aos fatores mensuráveis e que podem ser auferidos tanto sob declaração do próprio indivíduo quanto por observadores. Assim, é “passível de ser publicamente apurada, observada e medida de fora, e que se reflete nas

condições de vida registradas por indicadores numéricos de nutrição, saúde, moradia, criminalidade, poluição e assim por diante (GIANNETTI, 2002, p.61)”.

A dimensão subjetiva por sua vez, só pode ser obtida mediante declarações dos próprios indivíduos segundo a sua experiência individual. Essa dimensão ajuíza as percepções internas individuais através do nível de satisfação de vida (e com sua vida),

[...] é a experiência interna do indivíduo, ou seja, tudo aquilo que se passa em sua mente de forma espontânea enquanto ele vai vivendo e agindo no decorrer dos dias e que volta e meia ocupa a sua atenção consciente nos momentos em que ele se dá conta do que está sentindo e pensando ou reflete sobre a vida que tem levado (GIANNETTI, 2002, p.61).

Conclui-se que a felicidade é uma experiência individual e que depende da correlação de fatores diversos e que podem ser experimentados de modo e intensidade diferentes. Assim sendo, a subseção a seguir abordará a teoria defendida pela economia da felicidade, bem como as dificuldades enfrentadas.

2.3 A economia da felicidade

Sabe-se que os estudos sobre os aspectos da vida dos indivíduos que influenciam a felicidade assentaram-se por muito tempo essencialmente na Psicologia. Mas após algum tempo, tornou-se interesse em diversas áreas do conhecimento, entre elas, a Economia. Sendo a Ciência Econômica uma ciência social, o estudo sobre o comportamento humano e seus resultados não se distanciam das análises realizadas pela Psicologia, e não seria diferente em se tratando do estudo das causas da felicidade humana, pois se sabe que todo ser humano deseja alcançar a felicidade de alguma maneira.

Como ratificado ao longo deste trabalho, sempre houve a preocupação da Ciência Econômica em estudar os determinantes do bem-estar dos agentes econômicos. Neste contexto, inicialmente os estudos foram direcionados à felicidade com a inclusão de características éticas do comportamento humano. Ao longo da história reduziu-se o estudo do bem-estar à relação entre os agentes econômicos através da observação do critério de renda, produção e consumo, como afiança Damasceno (2009),

[...] a despeito de, inicialmente a economia ter apresentado viés que apontava a importância do estudo dos fatores mais subjetivos envolvidos na vida das pessoas, os pesquisadores da área, a partir da década de 30 do século XX, revelaram, no que se refere às análises econômicas, de modo mais amplo, uma tendência de abandono a esse tipo de abordagem, passando a trabalhar prioritariamente com base na observação de fatores mais objetivos, como a preferência dos indivíduos e seus mecanismos de escolha (DAMASCENO, 2009, p.230).

Assim sendo, ao passar a estudar os determinantes do bem-estar com enfoque em aspectos objetivos, o sustentáculo dessa análise foi à preferência revelada, que, baseada na observação do comportamento do consumidor, conclui que este faz as suas escolhas de acordo com a renda disponível.

As escolhas realizadas pelos os indivíduos são, então, as melhores escolhas feitas dentre as disponíveis. Portanto, tendo o consumidor escolhido a cesta (x_1, x_2) na existência de outra opção de cesta, (y_1, y_2) , a determinado preço e dada a sua restrição orçamentária, diz-se que o consumidor prefere (x_1, x_2) a (y_1, y_2) (VARIAN, 2006), desde que as mesmas expressem a mesma potencialidade de satisfação das necessidades, pois as quantidades são fundamentais no processo de escolha entre duas cestas de bens. Assim, em relação às mesmas quantidades totais de bens disponíveis nessas cestas, os indivíduos passam a preferir aquela que apresente a maior potencialidade de satisfação da necessidade que ele apresenta naquele momento, conforme as premissas da não saciedade e da convexidade apresentadas pela teoria do consumidor.

O que incide nessa forma de análise é que o consumidor pode não se comportar de maneira a maximizar o seu bem-estar exclusivamente escolhendo uma cesta de bens de acordo, apenas, com a sua restrição orçamentária, ele pode levar em consideração outros aspectos (inclusive subjetivos) para a sua escolha, como o hábito.

Blanchflower e Oswald (2000) afirmam que há relação direta entre bem-estar e felicidade e que a importância da incorporação de variáveis com valor subjetivo na análise do bem-estar tem dado aos estudos acerca dos determinantes do bem-estar novas avaliações, já que comprovadamente outras variáveis além da renda influenciam o nível de satisfação de vida dos indivíduos.

Sendo a felicidade uma busca comum entre os indivíduos, despertou-se um interesse peculiar da Economia em estudar os seus determinantes. Diversas pesquisas direcionadas ao tema começaram a ser desenvolvidas e em sua maioria, se não em todas elas, os resultados obtidos foram análogos. A saber, o melhoramento das condições econômicas dos indivíduos não necessariamente configura em melhoria do nível de satisfação de vida dos mesmos. O

aumento do nível de renda dos indivíduos, como citado no capítulo anterior, tem relação positiva com o bem-estar e, por consequência, no nível de felicidade dos indivíduos. Contudo, este só é sentido, expressivamente, por indivíduos com nível de rendas consideradas baixas e, ainda assim, este aumento tem maior apreciação quando da ausência total de recursos do que após a supressão de necessidades.

Fazendo uso de conhecimentos do ramo da psicologia, o economista Richard Easterlin em seu artigo intitulado *Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence* (O crescimento econômico pode melhorar a vida humana? Algumas evidências empíricas) datado de 1974, avançou como pioneiro nas pesquisas sobre a felicidade como medida de bem-estar, estimulando pesquisadores a desenvolver estudos que pudessem sinalizar os determinantes empíricos da felicidade.

Easterlin (1974) formulou o que posteriormente foi intitulado de paradoxo de Easterlin. Tal paradoxo faz uma relação entre renda e felicidade constatando que o nível de felicidade dos indivíduos não aumenta, após a satisfação das necessidades básicas, com o acréscimo na renda dos indivíduos. Ou seja, o aumento da felicidade não é proporcional ao aumento da renda e por esse motivo há a necessidade de se estudar variáveis de caráter subjetivo para determinar o nível de felicidade.

O estudo desenvolvido por Richard Easterlin em 1974 utilizou duas bases de dados: uma disponibilizada pelo instituto Gallup, na qual os indivíduos foram questionados acerca da sua felicidade, como se sentem (muito feliz, feliz ou não muito feliz) e outra desenvolvida pelo psicólogo Hadley Cantril, em 1965, onde os indivíduos classificaram o seu nível de satisfação com a vida obedecendo a uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), tendo 0 (zero) como o menor nível de satisfação e 10 (dez) a satisfação máxima (EASTERLIN, 1974). O estudo realizado por Easterlin fez a comparação do nível de felicidade informada entre diversos países entre eles o Brasil, Cuba, República Dominicana, Índia, Nigéria, Panamá e Estados Unidos da América, dentre outros.

De acordo com a sua pesquisa, os indivíduos com maior nível de renda são considerados, em média, mais felizes que os indivíduos mais pobres. Embora tenha sido observada essa relação positiva entre a renda e a felicidade, a comparação entre países, mesmo sendo considerada complexa, constatou que esta afirmação não se constitui em regra geral e que países pobres nem sempre são menos felizes que os países ricos.

Por este motivo, o paradoxo de Easterlin ainda não foi resolvido. Isto porque em algumas pesquisas que comparam o nível de felicidade com o nível de renda, demonstram que em países considerados ricos, há um maior número de pessoas que se consideram felizes do

que as declaradas felizes em países considerados pobres. Porém, quando estes resultados são comparados entre países por um determinado tempo, a relação entre aumento da felicidade “per capita” e aumento da renda não se mostra significativa.

Na média, os países ricos são considerados mais felizes, mas como já citado, o aumento do nível de felicidade não cresce proporcionalmente ao nível de renda destes países. Outro levantamento que se faz acerca do nível de felicidade em países pobres é que não há relação direta entre o nível de renda e o nível de felicidade declarada, pois os indivíduos que se declaram menos felizes indicam outros fatores para a questão, (NASCIMENTO JÚNIOR, 2007).

A opção em se avaliar o nível de bem-estar por meio dos fatores objetivos é justificada pela formulação das políticas públicas que utilizam como base critérios de renda, negligenciando outros aspectos importantes em sua elaboração. A economia do bem-estar avalia tradicionalmente o bem-estar individual através da preferência revelada, como já mencionada, ou seja, o nível de renda dos indivíduos (sua restrição orçamentária) é efetivamente o determinante das escolhas realizadas. Essa mensuração de bem-estar apoia-se apenas em fatores observáveis, medido pela aquisição de bens e serviços. Portanto, as escolhas feitas pelos indivíduos são capazes de fornecer todas as informações necessárias para a mensuração do bem-estar atingido.

Contrariando esta forma de planejamento, Easterlin (2003) assevera que os indivíduos são adaptáveis às mais diversas situações e que por esse motivo se acostumam até mesmo com grandes ganhos de renda, passando a valorizar muito mais a perda do que os ganhos. Assim sendo, a adaptação às mudanças monetárias constitui-se em uma tarefa mais fácil do que a situações onde a renda não influencie, como a perda de alguém próximo.

Com estas observações, Easterlin (2003) sugere que as formulações de políticas públicas devam considerar além dos aspectos voltados para a renda, variáveis que influenciem no estado emocional dos indivíduos.

O objetivo de conduzir os estudos sobre o bem-estar através da felicidade informada é ponderar o nível de satisfação de vida dos indivíduos. E, esta avaliação só é possível através da introdução de variáveis não monetárias à abordagem tradicional de avaliação do bem-estar (baseado em variáveis monetárias).

Para Boarini, Johansson e d’Ercole (2006) a mensuração do bem-estar através de fatores de natureza objetiva é preferível pela disponibilidade dos dados, os quais não podem ser obtidos com facilidade em se tratando dos fatores subjetivos, ou seja, estes não podem ser

obtidos através de observações; e pela predisposição de se relacionar com outras variáveis de caráter objetivo.

Embora ainda predomine a visão objetiva do bem-estar, essa realidade está em processo de mudança, pois já se verifica por parte dos estudiosos, a necessidade de inclusão de emoções, expectativas quanto ao futuro para se efetuar uma análise mais precisa do bem-estar, a mensuração do bem-estar subjetivo (NASCIMENTO JÚNIOR, 2007).

O paradoxo de Easterlin propiciou um grande avanço aos estudos relacionados aos determinantes do bem-estar sob a perspectiva da felicidade. A economia da felicidade surge então, como uma nova forma de mensuração do bem-estar com o retorno da visão subjetiva da utilidade (fatores subjetivos) a já constantemente estudada utilidade objetiva. A seguir, será mostradas algumas considerações sobre o efeito da renda no nível de felicidade dos indivíduos.

2.3.1 Avaliação da felicidade sob a influência da renda

A relação entre a felicidade e o dinheiro na vida dos indivíduos é histórica. O desconhecimento de até que ponto a renda contribui para a promoção da felicidade sempre foi motivo de questionamento entre os cientistas sociais. Neste contexto, Shikida e Rodrigues (2005) descrevem alguns questionamentos que são típicos de trabalhos que buscam analisar este tipo de relação como, por exemplo, “qual a posição que o dinheiro ocupa na hierarquia da felicidade do indivíduo de maior nível de renda pessoal? Analogamente, qual a importância do dinheiro para o indivíduo de menor nível de renda pessoal?” (SHIKIDA; RODRIGUES, 2005, p.82).

Até aqui mostrou-se que existe uma relação positiva entre a renda e a felicidade, principalmente entre indivíduos privados da supressão de suas necessidades básicas. Mas, é importante relatar que esta relação é paradoxal, ou seja, indivíduos ricos tanto podem ser felizes em função da renda que possuem, tendo todas as suas necessidades básicas satisfeitas e por terem algum conforto, quanto por fatores desconhecidos, ou podem ser infelizes pelos mesmos motivos. O mesmo pode ocorrer com indivíduos desprovidos de recursos financeiros. Estes podem ser infelizes pela ausência da supressão das suas necessidades básicas ou por fatores desconhecidos, ou felizes pelos mesmos motivos. Estes fatos reforçam o caráter subjetivo da felicidade, que pode ser refletida não só em sentimentos, mas pela satisfação que o indivíduo tem com a sua vida.

Existe na Economia uma área específica que trata da relação dinheiro e felicidade denominada comportamento de mercado (*market behaviour*). Esta área estuda o comportamento humano e sua relação com a produção e/ou lucro econômico. Atua na análise de temas inovadores para o comportamento de mercado com a inclusão de outras áreas como a Psicologia, a Sociologia e a Demografia, através da microeconomia, com a intenção de compreender o comportamento dos indivíduos segundo as suas escolhas.

Este tipo de estudo contribui para a compreensão de alguns indicadores e para melhorar o investimento em capital humano, distribuição do trabalho e alocação do tempo dentro das famílias, diminuição da criminalidade, o nível de bem-estar subjetivo (felicidade) dentre outros. Deste modo, a relação estabelecida pela economia entre dinheiro e felicidade é estudada analisando-se em que medida a aquisição de bens materiais ou a sua falta influencia a promoção da felicidade (SHIKIDA; RODRIGUES, 2005).

Contudo, a indagação que se procura responder neste tipo de relação é a seguinte: dinheiro traz felicidade? Para Ferreira (2008), quando os indivíduos são questionados se o dinheiro é capaz de trazer felicidade, as respostas obtidas, em grande parte, não esboçam sentido de conclusão a respeito, ou seja, os indivíduos não possuem a convicção de que em suas vidas o dinheiro (falta ou excesso) é o responsável pelo aumento ou pela diminuição do seu nível de bem-estar subjetivo, pois estes levam em consideração outros aspectos para esta afirmação. Assim, de um modo geral, pode-se dizer que o dinheiro contribui em certa medida, e em alguns níveis, para a percepção da felicidade na vida, mas acima de tudo, dependeria também da relação com outros fatores (FERREIRA, 2008, p.27).

Sabe-se que para os indivíduos privados de suas necessidades básicas por falta de dinheiro, o ganho deste lhe proporcionará um aumento significativo não só de bem-estar objetivo, mas também de bem-estar subjetivo estabelecendo um aumento no seu nível de felicidade, do que em indivíduos que já possuem as suas necessidades satisfeitas. Portanto, indivíduos que sofrem privações extremas, tendem a valorizar muito mais o acréscimo em sua renda fazendo com que a falta de dinheiro seja, em alguns casos, a razão da infelicidade desses indivíduos (PASTORE, 2001; LABARRE, 2003).

Assim, fica evidente que mesmo podendo se afirmar a relação positiva entre renda e felicidade, ela por si só, não é capaz de proporcionar aos indivíduos altos níveis de felicidade. A felicidade está atrelada também com a qualidade das relações estabelecidas pelos indivíduos, dentro e fora do núcleo familiar.

Considerando, então, a importância do dinheiro, as relações interpessoais e fatores de natureza subjetiva para a promoção da felicidade, a contribuição dada pelo desenvolvimento

deste tipo de estudo atesta a importância da melhor distribuição de renda entre os indivíduos, investimento em educação, saúde, segurança, moradia e emprego para que haja melhora significativa dos indicadores de bem-estar objetivo, contribuindo para o aumento do bem-estar subjetivo dos indivíduos. É neste contexto que Souza (2007) defende que,

[...] é de se esperar que um povo saudável e educado, com emprego e um nível razoável de renda, permitindo o acesso às necessidades básicas (alimentação, vestuário, saúde, educação e lazer) seja um povo que tenha as condições mínimas fundamentais para a sua felicidade neste mundo (SOUZA, 2007, p. 1).

Contudo, alguns autores, mesmo admitindo a relação positiva entre renda e felicidade, atribuem a persistência dessa relação ao fato dos indivíduos fazerem comparações entre si. Ou seja, muitas pessoas medem as suas realizações partindo das realizações do outro e esta comparação se dá pelos aspectos com maior facilidade de mensuração, ou seja, os objetivos (a renda do outro, os bens do outro, a essência da economia na relação necessidade-escassez).

Assim, os indivíduos atrelam muitas vezes a sua infelicidade a ausência de renda suficiente para a aquisição de bens materiais. As pessoas são incitadas ao sucesso, mas este sucesso está intimamente ligado ao êxito profissional que por consequência leva-as ao interesse pelo ter e não ao ser. Compartilham dessa opinião Sen (2000), Labarre (2003), Corbi e Menezes-Filho (2006) e Damasceno (2009).

A pesquisa desenvolvida por Richard Easterlin, em 1974, procurou justamente entender o efeito da renda no nível de felicidade dos indivíduos, embora esta comparação tenha sido feita entre países com a análise da renda “per capita” e o nível de felicidade informada pelos indivíduos. Em suas conclusões, Easterlin (1974) comunga da mesma opinião dos autores já citados quando afirmam que os indivíduos consideram as suas rendas não de maneira absoluta, mas, relativa. Ou seja, os indivíduos comparam os seus rendimentos com os rendimentos de outros indivíduos. E, no sentido objetivo, essa comparação é a base para a análise da felicidade.

O efeito desta comparação impacta negativamente no nível de bem-estar humano, isso porque se houver um aumento na renda real dos indivíduos, por efeito da comparação, este não será sentido consideravelmente. O fato é que pessoas com maior nível de renda possuem oportunidade de adquirir quantidades maiores de bens, os mais diversos e com isso desejam mais. Essa condição oferece a estes indivíduos maior destaque frente aos demais

indivíduos da sociedade, o que pode gerar também a necessidade de comparação com a realização do outro.

Sendo assim, pode-se concluir que, em média, indivíduos detentores de maior nível de renda podem ser considerados mais felizes. Isso porque as pessoas consideradas ricas se declaram mais felizes por fazerem a comparação direta entre a renda que possui, a que outros menos favorecidos possuem e a felicidade. Assim, por possuírem um poder aquisitivo maior, há o indício de que a utilidade obtida também seja considerada maior, fato este que acaba indicando que as pessoas consideradas pobres sejam avaliadas como infelizes. Uma aplicação empírica que comprova este fato é a pesquisa realizada nos Estados Unidos da América nos períodos de 1972-1974 e 1994-1996 utilizando os dados do General Social Survey of Frey e Stutzer (2002) (CORBI E MENEZES, 2006).

Admitindo-se, então, que pessoas com maior nível de renda possuem a facilidade de adquirir mais bens e que, ao fazerem essa aquisição, maximizam a sua utilidade e, por consequência, aumentam o seu nível de bem-estar, julgando-se mais felizes que pessoas com rendas menores, pode-se afirmar que quanto maior a renda, maior o nível de felicidade. Assim seria se esta correlação explicasse todas as causalidades da felicidade (os fatores subjetivos).

Estudo realizado também para os Estados Unidos da América constataram que para os períodos 1980-1982, 1990-1991 e 1995-1997, utilizando dados do World Values Survey, há a existência da utilidade marginal decrescente. Ou seja, incrementos na renda individual não ocasionou aumento do nível de felicidade na mesma proporção em níveis de rendas elevadas demonstrando uma relação não linear (NASCIMENTO JÚNIOR, 2007).

Portanto, em se tratando da correlação entre as variáveis renda e felicidade, outros aspectos devem ser observados. Mesmo havendo esta correlação faz-se necessário que as causas sejam investigadas, pois as pessoas podem ganhar mais dinheiro por serem felizes e por este motivo trabalharem mais, por exemplo.

Destacando mais uma vez a subjetividade da análise do bem-estar pela abordagem da felicidade, observou-se que embora o caráter objetivo (renda) seja fortemente influente na promoção da mesma, a relação de fatores de natureza subjetiva influenciam bastante em sua determinação. Na investigação do bem-estar subjetivo, propõe-se uma avaliação através do nível de satisfação com a vida, informada pelo indivíduo. Deste modo a subseção que segue trará a exposição do método de mensuração do nível de felicidade como forma de realizar esta investigação.

2.3.2 O método de mensuração do nível de felicidade

Na perspectiva da economia da felicidade, a avaliação do bem-estar se dá pela relação entre os aspectos de natureza objetiva, que são mensuráveis (a renda, o consumo etc.), e os aspectos de natureza subjetiva (experiências vividas, sentimentos, expectativas em relação ao futuro), que não podem ser observados diretamente, ou seja, apenas os próprios indivíduos podem informar. A maior dificuldade da abordagem da felicidade está, justamente, na disponibilidade de bases de dados para a avaliação do bem-estar subjetivo dos indivíduos.

Assim sendo, a mensuração do bem-estar pela abordagem da felicidade se dá através de pesquisas onde os indivíduos são interpelados a informar o seu nível de satisfação com a própria vida, considerando-a de modo global. Ou seja, deve-se informar o seu nível de felicidade considerando suas experiências passadas, o momento presente e as suas expectativas quanto ao futuro. Este meio de apreciação permite uma visão mais ampla sobre o bem-estar e como assegura Veenhoven (2003), a felicidade não pode ser medida de maneira impessoal, pois não há como observar diretamente algo que possa servir de indicativo de bem-estar subjetivo.

Este modo de construir a base de dados para análise acaba gerando alguns julgamentos que retrucam a sua validade. Uma das críticas feitas a este tipo de abordagem está relacionada com a percepção que as pessoas têm a respeito da felicidade: se elas realmente sabem o que é felicidade ou se apenas idealizam o nível de satisfação que gostaria de ter. Ocasionalmente, segundo Corbi e Menezes-Filho (2006), isto pode até ocorrer, contudo não pode se considerar como regra, pois os indivíduos são, completa e totalmente, capazes de identificar o que lhes causam bem-estar.

Pesquisas onde o foco principal está baseado na subjetividade, como é o caso de pesquisa sobre a felicidade, não estão livres destes questionamentos. A forma de obtenção de dados constitui também um desses questionamentos, além da dificuldade de se realizar este tipo de pesquisa. Nessa dimensão é que Corbi e Menezes-Filho (2006) reforçam a importância e a validade metodológica afirmando que,

[...] a forma pela qual este tipo de estudo tem se desenvolvido nas últimas décadas, através de questionários e entrevistas a amostras representativas de diversas sociedades, levanta inegavelmente dúvidas metodológicas legítimas e difíceis de serem respondidas, mas que, ao mesmo tempo, não desqualificam este tipo de estudo, que foi uma das primeiras aproximações econômicas para o entendimento de como se determina o bem-estar subjetivo dos indivíduos (CORBI E MENEZES-FILHO, 2006 p.520).

Então, diante do exposto, não há outra maneira de mensurar a felicidade sem que esta seja informada pelos próprios indivíduos. Por esta razão é que Blanchflower e Oswald (2004) defendem o método, com a ressalva de que a existência de vieses podem ocorrer, mas deve-se considerar a importância da opinião do próprio indivíduo já que este é o único capaz de informar a sua satisfação, a sua felicidade.

Considerando, então, que os indivíduos são capazes de avaliar a sua utilidade subjetiva (bem-estar subjetivo/felicidade), pode-se depreender que estes possuem a noção do que seja felicidade e que tenham a capacidade de avaliar a própria satisfação com a vida. Portanto, segundo Nascimento Júnior (2007), as pesquisas sobre felicidade são realizadas indivíduo a indivíduo, onde os mesmos são perguntados diretamente acerca da sua satisfação com a vida, considerando que são os melhores julgadores do seu bem-estar. Este tipo de pesquisa sofre a influência direta da pesquisa realizada por Hadley Cantril, em 1965.

O avanço de pesquisas para determinação do nível de felicidade dos indivíduos através do questionamento direto sobre como se sentem em relação as suas vidas possibilita a realização de análise descritiva, pela obtenção de características sociais, econômicas e institucionais, e análise empírica através de ferramentas econométricas.

É importante ressaltar que o modelo utilizado para a realização da análise empírica é comum à maioria dos trabalhos que se propõe a analisar os determinantes empíricos de felicidade. Esta afirmação pode ser ratificada através dos trabalhos desenvolvidos por Frey e Stutzer (2002), Graham (2005) e van Praag e Baarsma (2005) apud Nascimento Júnior (2007).

Esta análise possibilita o estudo da correlação de diversas variáveis na determinação do bem-estar subjetivo, separadamente. Deste modo, o presente trabalho seguirá a mesma metodologia, que será detalhada no próximo capítulo, usada por trabalhos anteriores (mas aplicada a Vitória da Conquista/BA) e também fará uso do mesmo modelo que assume a seguinte equação: $W_{it} = \alpha + \beta X_{it} + \varepsilon_{it}$, proposta no trabalho apresentado por Nascimento Junior (2007).

O nível de felicidade informado é normalmente, quando da análise empírica, representado por códigos. Por exemplo, numa estrutura de respostas possíveis tais como “não me sinto feliz”, “sinto-me feliz” e “sinto-me muito feliz”, os estudiosos atribuem valor 1 para a primeira resposta, valor 2 para a segunda resposta “sinto-me feliz” e valor 3 para o nível de satisfação mais elevado (NASCIMENTO JÚNIOR, 2007, p.32). Estes códigos também são utilizados para a mensuração do nível de felicidade informada pelos indivíduos, classificando-os, em média, como infelizes, felizes e muito felizes de acordo com a característica analisada.

As dificuldades na realização de pesquisas que pretendem estudar os determinantes e/ou o nível de felicidade informada são diversas, mas não se podem utilizar tais dificuldades como empecilho para a continuidade de pesquisas na área. Assim, se faz necessário ao pesquisador disciplina e planejamento para a obtenção de dados com qualidade, pois sem estes não será possível a melhoria da base de dados em estudos com este propósito.

Nota-se que a maior preocupação no que diz respeito às pesquisas onde os principais dados coletados são subjetivos e que tal coleta depende exclusivamente de informações dadas pelos indivíduos entrevistados, está relacionada quanto à validade dos dados obtidos. Pois, não havendo grande disponibilidade de dados sobre o nível de satisfação dos indivíduos, e os que existem não estão diretamente ligados a análise da felicidade, os questionamentos se tornam compreensíveis.

Além da pequena base de dados, a confiabilidade da coleta por meio deste tipo de pesquisa também é contestada por alguns pesquisadores, pois a qualidade das respostas sofre influências que não podem ser controladas pelo pesquisador, como o humor do entrevistado, sua disponibilidade de tempo em participar da pesquisa, dentre outros fatores que podem aumentar o grau de dificuldade da pesquisa.

Portanto, aqueles que se propõem a realizar estudos sobre a felicidade informada precisam estar cientes do grau de dificuldade existente, pois além das já citadas, a correlação entre o nível de felicidade informada com os seus fatores internos não podem sofrer experiências sob o controle do pesquisador (DAMASCENO, 2009).

No entanto, expostas aqui as diversas dificuldades a quem se propõe a realizar pesquisas de caráter subjetivo, estas não se configuram em propósitos para o abandono das mesmas. Pelo contrário, a contribuição prestada pela mesma enriquece com o aumento da base de dados e estimula ainda mais os pesquisadores receosos com este tipo de estudo.

Neste contexto, diversos pesquisadores cientes dos problemas, utilizam argumentos convincentes para não tornar as dificuldades em barreiras no desenvolvimento de pesquisas sobre a felicidade dos indivíduos. Neste propósito, pode-se destacar Blanchflower e Oswald (1999), que em relação à disponibilidade de dados não direcionados ao estudo da felicidade, consideram que os mesmos possuem alguns fatos observados que podem ser relacionados com a felicidade, é o caso de estudos desenvolvidos pela psicologia.

Di Tella e Macculloch (2005) entram na defesa da confiabilidade dos dados coletados afirmando que a subjetividade das respostas individuais pode ser confirmada, através de outras pesquisas, por familiares dos entrevistados.

Assim, o próximo capítulo se dedica a realizar uma análise empírica da abordagem da felicidade através da aplicação de questionários onde a pergunta basilar é a seguinte: Em relação à sua vida, como se sente? E para tal pergunta os indivíduos tiveram como opções de respostas as seguintes alternativas: não me sinto feliz, sinto-me feliz e me sinto muito feliz. O capítulo que se segue obedece ao método aqui explicado e que será, no decorrer do mesmo, melhor detalhado.

3

APLICAÇÃO DA ABORDAGEM DA FELICIDADE: análise descritiva para uma amostra populacional de Vitória da Conquista/BA

Neste capítulo será apresentada uma aplicação da abordagem do bem-estar sob a ótica da economia da felicidade. Trata-se da apresentação dos resultados estatísticos e econométricos obtidos mediante aplicação de questionários para análise do bem-estar individual como propõe a abordagem.

Entretanto, para que os resultados alcançados por este estudo sejam melhor compreendidos, faz-se necessário o detalhamento acerca da coleta de dados e do questionário aplicado como se segue.

3.1 A realização da coleta de dados e a estrutura do questionário

Como esclarecido na seção que tratou sobre o método de mensuração da felicidade, a maior dificuldade da abordagem da felicidade está justamente na disponibilidade de bases de dados para a avaliação do bem-estar subjetivo dos indivíduos. A avaliação do bem-estar individual se dá pela relação entre os aspectos de natureza objetiva e os aspectos de natureza subjetiva. Como os aspectos de natureza subjetiva não são passíveis de mensuração, apenas através da observação, a única maneira de se conseguir construir esta base de dados é perguntando diretamente aos indivíduos qual o seu nível de satisfação com a vida.

Mesmo com todas as dificuldades existentes e algumas contestações quanto à validade dos dados obtidos, esta é a única forma de conhecer o nível de bem-estar subjetivo dos indivíduos. Um dos argumentos utilizados em defesa deste tipo de pesquisa está no incentivo aos pesquisadores para que contribuam para a construção de um banco de dados cada vez mais consistente.

Pelo exposto, para a realização da pesquisa houve a necessidade da geração de uma base de dados amostral com o objetivo de apresentar resultados estatísticos descritivos e analisar os determinantes do bem-estar individual¹⁸. Esta base de dados fora construída

¹⁸ As análises aqui apresentadas são apenas referentes à amostra obtida, portanto, não há a intenção num primeiro momento em responder a questões relacionadas à população.

através da aplicação de questionário¹⁹ baseado em trabalhos semelhantes, com o intuito de obter características sociais, institucionais e econômicas dos indivíduos bem como o seu nível de satisfação com a própria vida.

A coleta de dados realizada na cidade de Vitória da Conquista/BA, entre os dias 04 e 31 de agosto de 2012, tendo como público alvo, indivíduos adultos e de ambos os sexos. A amostra foi selecionada de maneira aleatória, entre indivíduos abordados em locais de grande circulação como feiras livres, faculdades, universidade, escolas, hipermercados e shopping Center, buscando evidenciar uma participação de diversos grupos populacionais. Foram aplicados 171 (cento e setenta e um) questionários para a composição da amostra. O tamanho da amostra foi definido a partir do número de habitantes da cidade de Vitória da Conquista/BA que é de 306.866 (trezentos e seis mil oitocentos e sessenta e seis) habitante segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O nível de confiança estabelecido foi de 95% com erro amostra de 5%.

Na oportunidade, os indivíduos foram abordados de maneira sutil, com o intuito de que estes se sentissem confortáveis em participar da pesquisa e que suas respostas pudessem expressar ao máximo, a verdade de cada um. De fato, não se constituiu em uma tarefa fácil, visto que algumas pessoas por motivos expressos ou não, vezes se negavam a participar da pesquisa.

Mas, aqueles que se dispusera a participar e que as respostas compõem esta amostra, se mostraram extremamente confortáveis e participativos tornando a entrevista, na maioria dos casos, uma verdadeira discussão sobre o tema, expondo suas opiniões, experiências e expectativas, demonstrando que sabem exatamente o que lhes causam maior ou menor nível de bem-estar e o significado de ser feliz.

O questionário utilizado foi composto de 14 (catorze) questões a fim de obter diversas características dos indivíduos. O levantamento de dados foi realizado da seguinte maneira: dados pessoais de característica objetiva (gênero, idade, estado civil, raça, filhos, escolaridade e religião); dados pessoais de característica subjetiva (violência na cidade, relação com a dor do outro e fatores de incremento na felicidade); dados profissionais (posição no mercado de trabalho, situação trabalhista, carga horária de trabalho por semana e faixa renda) e, por fim, a pergunta chave do estudo para a avaliação do nível de satisfação individual dos entrevistados, como estes se sentem em relação as suas vidas (não me sinto feliz, sinto-me feliz e me sinto muito feliz).

¹⁹ Questionário utilizado é apresentado no Apêndice A.

Por ordem das questões dispostas no questionário, na primeira questão o indivíduo é perguntado objetivamente sobre o seu sexo (masculino ou feminino), a questão relacionada à idade, para fins metodológicos, é uma questão aberta, ou seja, o indivíduo teve que informar a sua idade e não se enquadrar em faixas etárias pré-definidas.

Relacionado ao estado civil dos indivíduos, foram dadas as seguintes opções: solteiro(a), casado(a), divorciado(a), viúvo(a) e outro, onde o indivíduo que não se enquadrasse nas opções dadas pudessem informar o seu estado civil de acordo a sua própria classificação, mas pela baixa ocorrência, estes não serão especificados e serão tratados exatamente como outro. No que tange à cor da pele (raça), os indivíduos foram respeitados em seu julgamento e informaram de acordo com o proposto, a saber, branca, negra, parda, indígena e amarela.

Quanto à posição no mercado de trabalho, os indivíduos informaram se exercem alguma atividade ou se encontram, temporariamente, fora do mercado de trabalho (desempregados). Quando da inserção positiva, os mesmos deveriam informar a situação trabalhista (setor público, setor privado formal ou informal, autônomo ou empresário); qual a média de horas trabalhadas por semana e a faixa de renda. Indivíduos desempregados e/ou que recebem algum auxílio do governo (bolsa família, por exemplo), foram classificados com renda inferior à R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais).

As faixas de renda utilizadas neste trabalho seguem a metodologia estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conforme o censo populacional de 2010. O que aqui se realizou foi à atualização dos valores monetários por motivo de reajuste salarial e a inclusão dos limites inferiores para os que recebem valores abaixo do valor do salário mínimo e maior para aqueles que recebem valores maiores do que o valor limite para o último intervalo. Assim, para fins deste trabalho, as faixas de renda utilizadas foram: (1) inferior a R\$ 622,00; (2) igual a R\$ 622,00; (3) de R\$ 623,00 a R\$ 1.244,00; (4) de R\$ 1.245,00 a R\$ 2.488,00; (5) de R\$ 2.489,00 a R\$ 6.220,00; (6) de R\$ 6.221,00 a R\$ 12.440,00; e por fim, aqueles indivíduos que se enquadram com renda maior que R\$ 12.440,00 (7).

Na oportunidade, os entrevistados foram interpelados a informar se estão ou não estudando e qual o seu nível de escolaridade. Se possuem filhos e em caso de resposta positiva, quantos possuem. Quanto ao caráter religioso, foram questionados quanto a sua crença religiosa respondendo se são católicos, budistas, protestantes, espíritas, ou se não tem religião, mas acreditam em Deus ou até mesmo divulgando-se ateístas. Houve também a opção outra, para que o indivíduo informasse outra prática religiosa, mas pelos resultados obtidos este obedecerá ao mesmo critério utilizado para o estado civil.

Finalmente, as questões últimas do questionário são inteiramente de caráter subjetivo. Os indivíduos informam o que acham sobre a violência na cidade de Vitória da Conquista indicando se esta é não violenta, violenta ou muito violenta. Na sequência, os indivíduos avaliam algumas situações que funcionariam como incremento para a sua felicidade e, por fim, a questão principal, não retirando a importância das demais, os indivíduos informam o seu nível de satisfação com as suas vidas dizendo se não se sentem felizes, se sentem felizes ou se sentem muito felizes.

Na seção que se segue serão apresentados os resultados estatísticos obtidos, primeiramente com o objetivo de descrever a amostra e em seguida a associação desses resultados ao nível de felicidade informada bem como a felicidade média dos indivíduos entrevistados.

3.2 Os resultados descritivos da amostra

Com já informado, foram aplicados 117 (cento e dezessete) questionários para a composição dessa amostra. O objetivo do estudo é a análise do nível de felicidade informada pelos indivíduos. Para que este objetivo seja alcançado, há a necessidade de demonstrar os resultados obtidos estatisticamente como também o acréscimo de informações de caráter qualitativo da amostra.

Assim, quanto ao sexo dos indivíduos entrevistados, a amostra é composta por 94 (noventa e quatro) indivíduos do sexo feminino e 77 (setenta e sete) indivíduos do sexo masculino, o que corresponde, respectivamente, a 55% e 45% da amostra total.

A média de idade dos entrevistados é de, 34,2 anos, com desvio-padrão para a variável de 10,9 anos. A idade mínima dos entrevistados é de 18 anos e a idade máxima de 70 anos. Para o estado civil, os resultados obtidos podem ser observados na Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição da amostra por estado civil.

Estado Civil	Indivíduos da amostra	Amostra (%)
Solteiro(a)	74	43,3
Casado(a)	68	39,8
Divorciado(a)	11	6,4
Viúvo(a)	7	4,1
Outro	11	6,4

Fonte: Pesquisa de campo.

Como já mencionado, os indivíduos também foram questionados acerca da sua consideração racial. Respeitando o julgamento dos mesmos, para os indivíduos que se consideram de cor branca, a amostra é representada por 49 (28,65%) indivíduos e de cor negra 36 (21,5%) indivíduos. Pouco mais da metade da amostra é representada por indivíduos que se consideram pardos, cerca de 50,3% do total. Não foram entrevistados indivíduos de outras raças. Deste modo, faz-se necessário o esclarecimento de que não foi adotado por parte da pesquisa nenhum critério de exclusão ou preferência para a composição da amostra para a raça ou qualquer característica aqui utilizada, exceto que os entrevistados fossem adultos.

Dando continuidade à análise descritiva dos dados, para a posição no mercado de trabalho as informações obtidas podem ser observadas na Tabela 3, onde são exibidas informações sobre a posição no mercado de trabalho e a situação trabalhista informada pelos entrevistados.

Tabela 3: Distribuição da amostra para o mercado de trabalho

Inserção no Mercado	Indivíduos da Amostra	Amostra (%)	Setor Público (%)	Privado Formal (%)	Privado Informal (%)	Autônomo (%)	Empresário (%)
Trabalhadores	137	80,1	51,9	24,1	12,4	5,8	5,8
Não trabalhadores	34	19,9	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo.

A carga horária de trabalho semanal média expressa pelos trabalhadores da amostra foi de 30,9 horas/semana com desvio-padrão de 17,3 horas/semana. Os trabalhadores que se declararam desempregados informaram que não é por opção e que anseiam brevemente pela recolocação no mercado de trabalho.

A distribuição da amostra conforme os níveis de renda estabelecidos são apresentados na Tabela 4. Deve-se considerar que os indivíduos declarados como desempregados constituem parte da faixa (1) na qual os indivíduos que recebem algum tipo de auxílio do governo também se encontram. Nota-se que a maior parte dos indivíduos da amostra se encontram na faixa de renda classificada como (3), ou seja, possuem renda de R\$ 623,00 a R\$ 1.244,00.

Tabela 4: Distribuição da amostra segundo a classe de renda.

Faixa de Renda	Indivíduos da Amostra	Amostra (%)
Faixa (1)	40	23,4
Faixa (2)	37	21,6
Faixa (3)	56	32,8
Faixa (4)	18	10,5
Faixa (5)	8	4,7
Faixa (6)	9	5,2
Faixa (7)	3	1,8

Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto às questões relacionadas à educação, observou-se, que para a amostra, os indivíduos estão cada vez mais interessados em estudar. Os estudantes compõem 48,53% da amostra enquanto os que não são estudantes 51,46%. Os percentuais obtidos para os níveis de escolaridade são: 5,2% para fundamental incompleto; 5,3% para fundamental completo; 8,2% para ensino médio incompleto; 18,7% para ensino médio completo; 43,8% para superior incompleto (com grande parte dos entrevistados cursando); 11,1% para nível superior completo; e os níveis de especialista, mestre e doutor somam o percentual de 4,7% da amostra.

Quando perguntados sobre se têm filhos e, em caso positivo, quantos filhos possuem 57,9% dos entrevistados declarou ter filhos, um total de 99 indivíduos. A média de filhos entre este é 2,2 filhos, com desvio-padrão de 1,6 filhos. Para o quesito religiosidade, a Tabela 5 exibe os resultados.

Tabela 5: Distribuição da amostra para a religião.

Religião	Indivíduos da Amostra	Amostra (%)
Católica	80	46,8
Budista	0	0
Protestante	40	23,4
Espírita	13	7,6
Ateu	4	2,3
Não tem religião, mas acredita em Deus.	33	19,3
Outro	1	0,6

Fonte: Pesquisa de campo.

Apresentados os dados pessoais objetivos e profissionais dos indivíduos entrevistados, as estatísticas a seguir referem-se a questões de caráter subjetivo, onde os indivíduos são levados à reflexão acerca de algumas situações.

No caso da violência, por exemplo, os indivíduos informam a sua visão de acordo com as situações vivenciadas em seu dia a dia, ou seja, o contato direto com situações de risco pode sobressair à análise de pessoas que não convivem diretamente com elas. As pessoas que informaram que a cidade possui um alto nível de violência, em média, moram em bairros considerados com alto índice de criminalidade. Portanto, 8,2% consideram que a cidade de Vitória da Conquista não é violenta; 58,5% consideram a cidade violenta; e 33,3% consideram a cidade muito violenta.

Outra característica observada pelo estudo é a importância da situação do outro para a vida dos indivíduos. Para esta questão, 117 pessoas disseram que se sentem tristes, e, acompanhadas de um “porque”, elas se sentem tristes não apenas pela situação em si, mas se colocam no lugar do outro imaginando que poderia ser com alguém próximo ou consigo. Do total da amostra, 14 declararam que são indiferentes e 40 indivíduos se declararam muito tristes.

A questão de número 13 buscou analisar algumas situações, propostas no questionário, que pudessem realizar um incremento no nível de felicidade dos indivíduos. Em uma lista de 10 proposições o indivíduo deveria escolher 3 alternativas e enumerá-las de acordo com a capacidade de proporcionar aumento em seu nível de felicidade. Como primeira opção, os indivíduos avaliam que estar com a família mesmo sem dinheiro está em primeiro lugar e que o acréscimo de dinheiro a esta situação aparece em segundo lugar, demonstrando que a família é um potencial provedor de bem-estar.

A realização profissional aparece na segunda opção como o incremento que mais gera satisfação de vida nos indivíduos. E para a terceira opção, os indivíduos assinalam que se houvesse governantes mais honestos, preocupados com o bem-estar da população, as políticas públicas, principalmente as que são destinadas a promoção do bem-estar, poderiam obter um nível de felicidade mais elevado. Os resultados obtidos podem ser visualizados na Tabela 6.

Tabela 6: Alternativas com capacidade de incremento na felicidade individual.

Alternativas	1ª opção	2ª opção	3ª opção
Governantes mais honestos	10	13	57
Redução da fome e da violência	18	29	22
Realização profissional	11	32	22
Poder adquirir todos os bens materiais que desejar	3	6	6
Estar com a família com dinheiro sobrando	52	14	5
Ter mais dinheiro	8	9	10
Poder viajar mais	2	16	16
Trabalhar menos	4	10	10
Ter acesso a serviços públicos de qualidade	6	24	19
Estar com a família mesmo sem dinheiro	57	18	4

Fonte: Pesquisa de campo.

Apresentados os resultados estatísticos da amostra de um modo geral, a última questão que é referente ao nível de felicidade informada dos indivíduos, será apresentada na subseção a seguir, pois esta será relacionada aos demais resultados da amostra.

3.2.1 Nível de felicidade informada

Como já explicado, as pesquisas sobre o bem-estar que utilizam a felicidade individual como critério de avaliação empregam como pergunta chave o nível de satisfação que os indivíduos têm em relação as suas vidas, considerando-a de uma maneira mais ampla, analisando não apenas os fatores de caráter objetivo, mas todas as suas experiências, sentimentos e expectativas.

Deste modo, com o nível de felicidade informada pelo indivíduo, acredita-se que esta seja a melhor maneira de avaliar o bem-estar subjetivo dos indivíduos, pois, como dentre outras razões, julga-se que o próprio indivíduo é capaz de avaliar o que lhe proporcionar ou não melhora do seu nível de bem-estar.

Assim, esta pesquisa não se abstém da aplicação desta pergunta e apresenta a seguir os resultados obtidos e mostrando também as relações entre os níveis de felicidade informada e as variáveis apresentadas acima.

Na pesquisa, 62% dos indivíduos se consideram felizes enquanto 22,8% sentem-se muito felizes com as suas vidas. Os indivíduos que não se sentem felizes com as suas vidas representam 15,2% da amostra total. Estes indivíduos demonstraram durante a entrevista diversas razões para não estarem satisfeitos com a própria vida e se declararem infelizes.

Alguns atribuíram o fato à falta de dinheiro suficiente para a satisfação de suas necessidades básicas e, passando estes por diversas privações, se veem sem perspectivas quanto ao futuro. Outros, também na ausência de renda, ou até mesmo na presença de renda suficiente, atribuíam a sua infelicidade não a falta de dinheiro, mas a distância de seus filhos, a perda de seus pais, a falta de saúde. Os que se declararam felizes mesmo na ausência de renda, atribuíram a sua felicidade, em muitos casos, ao prazer em viver e compartilhar dessa oportunidade com seus familiares e amigos. A realização da pesquisa reforçou o caráter subjetivo da felicidade e que os indivíduos sabem o que lhes causam prazer. A Tabela 7 mostra os resultados alcançados.

Tabela 7: Número de pessoas por nível de felicidade informada.

Felicidade Informada	Número de Indivíduos	Amostra (%)
“Não me sinto feliz”	26	15,2
“Sinto-me feliz”	106	62,00
“Me sinto muito feliz”	39	28,8
N (tamanho da amostra)	171	100

Fonte: Pesquisa de campo.

Os resultados obtidos acerca do nível de felicidade informada pelos indivíduos foram relacionados com algumas das características objetivas, subjetivas e profissionais dos entrevistados, a fim de visualizar a frequência do nível de felicidade informada para cada uma delas.

A classificação sobre felicidade entre gênero é de certo uma discussão interessante. Há na realidade uma disputa em saber qual dos sexos tem o maior nível de felicidade. A Tabela 8 mostra esta relação e revela que para os indivíduos entrevistados as mulheres se declaram mais felizes que os homens. O nível de felicidade média para homens e mulheres é de 2,0 e 2,2, respectivamente. Embora se enquadrem no mesmo nível (sinto-me feliz), o nível de felicidade declarada entre as mulheres é maior.

Tabela 8: Felicidade e gênero.

Gênero	Não me sinto feliz	Sinto-me feliz	Me sinto muito feliz	Nível de Felicidade Média
Feminino	8,5%	67,00%	24,5%	2,2
Masculino	23,4%	57,1%	19,5%	2,0

Fonte: Pesquisa de campo.

O que dizer da relação entre solteiros e casados? Um dos questionamentos relacionados ao casamento é se ele pode aumentar o nível de bem-estar subjetivo nos indivíduos que optam por compartilhar a vida com outras pessoas. Para a amostra, os casados são menos infelizes. De acordo com os dados da Tabela 9, o percentual de solteiros declarados infelizes é de 18,9% contra apenas 7,4% dos casados.

Quando a declaração é que se sentem felizes e estão satisfeitos com a vida que tem, o percentual para os casados é 64,7% e para os solteiros este percentual é de 59,5%, embora próximos, os valores a felicidade informada ainda permanece maior entre os casados. Esta análise se mantém quando a declaração é sobre o nível mais alto de satisfação entre solteiros e casados, 21,6% e 27,9% respectivamente. Em média, ambos são felizes.

Tabela 9: Felicidade e estado civil.

Estado civil	Não me sinto feliz	Sinto-me feliz	Me sinto muito feliz	Nível de Felicidade Média
Solteiro(a)	18,9%	59,5%	21,6%	2,07
Casado(a)	7,4%	64,7%	27,9%	2,12

Fonte: Pesquisa de campo.

Como afirmado exaustivamente ao longo deste trabalho, há indícios de uma relação positiva entre renda e felicidade. Por este motivo, não há como não realizar a explanação acerca da relação entre as diversas faixas de renda e os níveis de felicidade informada. Pela Tabela 10, nota-se que entre os entrevistados, os que possuem uma faixa de renda menor declararam um maior percentual não se sentirem felizes. Este fato pode estar ligado à privação da satisfação de suas necessidades básicas, já que indivíduos com maiores rendas além de terem as necessidades satisfeitas ainda possuem algum conforto. Contudo, como exposto em outros momentos, tanto na apresentação da teoria quanto na observação quando da aplicação dos questionários, outros fatores, inclusive os de natureza subjetiva, não podem ser descartados.

Ainda de acordo com a Tabela 10, quanto à declaração em relação ao nível intermediário de felicidade percebe-se níveis próximos de felicidade, indicam que no geral, para a amostra, os indivíduos se consideram felizes. No entanto, observando-se o nível médio

de felicidade os indivíduos que se encontram na faixa de renda (1) são, embora considerados felizes, são menos felizes em comparação aos demais níveis de renda, e, ao longo da amostra, o acréscimo de renda aumenta o nível de felicidade média informada, porém, da continuidade desse acréscimo, o nível de felicidade tende a se manter.

Isto pode ser explicado através do exposto por Easterlin, onde ele afirma que os indivíduos tendem a se acostumar com ganhos de renda, deixando de acrescentar felicidade, e convergindo para a afirmação da utilidade marginal.

Tabela 10: Felicidade e renda.

Faixa de renda	Não me sinto feliz	Sinto-me feliz	Me sinto muito feliz	Nível de Felicidade Média
Faixa (1)	22,5%	57,5%	20%	2,02
Faixa (2)	18,9%	70,3%	10,8%	2,10
Faixa (3)	12,5%	60,7%	26,8%	2,10
Faixa (4)	5,6%	72,2%	22,2%	2,04
Faixa (5)	12,5%	62,5%	25%	2,00
Faixa (6)	11,2%	44,4%	44,4%	2,04
Faixa (7)	-	66,7%	33,3%	2,04

Fonte: Pesquisa de campo.

Muitos indivíduos se sentem felizes em ver a realização do outro. Este fato pode ser observado em indivíduos que possuem filhos e depositam muitas de suas expectativas em sua prole. A Tabela 11 faz a análise para os indivíduos que possuem filhos e os que não possuem. O que pode ser constatado é que indivíduos que possuem filhos se declaram mais felizes que os que não possuem. E embora se apresentem resultados próximos para os três níveis de felicidade informada. Indivíduos com filhos declararam ser menos infelizes que os indivíduos sem filhos. Os percentuais para os indivíduos com filhos e indivíduos sem filhos para o nível intermediário de felicidade é, respectivamente, 66,7% e 57%. Quando observado o nível médio de felicidade, esta análise se confirma demonstrando que indivíduos que experimentam a maternidade ou paternidade são considerados mais felizes.

Tabela 11: Felicidade e filhos.

Tem filhos	Não me sinto feliz	Sinto-me feliz	Me sinto muito feliz	Nível de Felicidade Média
Sim	12,1%	66,7%	21,2%	2,07
Não	19,4%	57%	23,6	2,04

Fonte: Pesquisa de campo.

Em termos gerais, como é demonstrado na Tabela 12, pessoas que se declararam não se sentirem felizes são na maioria indiferentes a dor de pessoas desconhecidas (assumindo um valor de 28,6%) As que se declararam ficar tristes ou muito tristes, correspondem, respectivamente, a 14,5% e 12,5% do total da amostra.

O nível de pessoas indiferentes à situação especificada é consideravelmente menor em indivíduos que se consideram “muito feliz”. Analisando o nível de felicidade média informada, as pessoas que declararam indiferentes tem um nível de felicidade menor. Enquanto para as demais reações as pessoas se consideram felizes.

Tabela 12: Felicidade e a dor do outro

Relação com a dor do outro	Não me sinto feliz	Sinto-me feliz	Me sinto muito feliz	Nível de Felicidade Média
Triste	14,5%	63,3%	22,2%	2,08
Muito triste	12,5%	60,00%	27,5%	2,04
Indiferente	28,6%	64,3%	7,1%	1,96

Fonte: Pesquisa de campo.

Outra análise interessante neste contexto é a relação entre os funcionários do setor público e os que não pertencem a este regime de contratação²⁰. Esta análise se constitui interessante na medida em que os indivíduos atribuem ao emprego no setor público a garantia de que não serão surpreendidos por uma demissão inesperada. Essa estabilidade no emprego pode garantir um nível de satisfação por intermédio da “segurança financeira” que este pode proporcionar. O grifo em segurança financeira se dá por ocasião da garantia do recebimento de seus salários todos os meses.

A Tabela 13 mostra que os funcionários públicos que constituem a amostra declaram um nível de felicidade significativo. O nível de infelicidade declarada é de 10% contra 19% dos indivíduos que não são funcionários públicos. A felicidade informada em ambos os casos apresenta percentuais próximos sendo 59,1% para funcionários públicos e 65,00% para os demais. Para os indivíduos que se consideram muito felizes o nível de felicidade é praticamente o dobro entre os funcionários públicos em relação aos demais trabalhadores. Este é justificado pelo valor assumido pelo nível de felicidade informada onde, indivíduos empregados no setor público assumem um nível de felicidade média maior.

²⁰ Para a análise exclui-se os desempregados, pois para fim da estatística exposta foram considerados os indivíduos inseridos no mercado de trabalho.

Tabela 13: Felicidade e características do empregador.

Funcionário Público	Não me sinto feliz	Sinto-me feliz	Me sinto muito feliz	Nível de Felicidade Média
Sim	10,00%	59,1%	30,9%	2,19
Não	19,00%	65,00%	16,00%	2,08

Fonte: Pesquisa de campo.

Já no setor privado, a relação expressa pela Tabela 14 é entre a felicidade e a formalidade da contratação. Indivíduos que possuem a carteira de trabalho assinada pelos seus contratantes não declaram sua felicidade significativamente diferente em relação aos indivíduos que não tem vínculo empregatício formal. Em termos percentuais e comparativos, os que possuem a formalidade da contratação se consideram mais felizes. A estabilidade no trabalho pode ser um dos motivos.

Tabela 14: Felicidade e proteção pelas leis trabalhistas

Carteira de trabalho assinada	Não me sinto feliz	Sinto-me feliz	Me sinto muito feliz	Nível de Felicidade Média
Sim	18,2%	63,6%	18,2%	2,08
Não	23,5%	70,5	6,00%	2,08

Fonte: Pesquisa de campo.

Conforme exposto na Tabela 15, de modo geral as declarações de felicidade se comportam com similaridade entre as raças, porém o nível de felicidade média informada pelas não brancas é maior do que as consideradas brancas.

Tabela 15: Felicidade e raça.

Raça	Não me sinto feliz	Sinto-me feliz	Me sinto muito feliz	Nível de Felicidade Média
Branca	18,4%	59,2%	22,4%	1,93
Não branca	13,9%	63,9%	22,2%	2,08

Fonte: Pesquisa de campo.

A análise a seguir refere-se ao nível de felicidade média informada que assume valor igual a 2,08, nível de renda, e as alternativas com capacidade de incremento na felicidade individual. Pretende-se com esta análise verificar para as faixas de renda definidas nesta pesquisa, quais incrementos se constituem mais importantes para o acréscimo do nível de felicidade. Para a construção dessa análise, foram utilizados os incrementos ordenados em primeira opção pelos indivíduos entrevistados e suas respectivas faixas de renda e que foram

agrupadas da seguinte maneira: faixa 1, faixa 2 e 3, faixa 4 e 5 e faixa 6 e 7 como mostra a Tabela 16.

De acordo com a distribuição dos indivíduos na tabela, pode-se perceber que o maior número de indivíduos que pertencem ao nível mais baixo de renda e por razões expostas anteriormente, são os que declaram menos felizes, atribuem o aumento do seu nível de felicidade à segurança da família e ao acréscimo de renda. Esta informação demonstra que o acréscimo de renda na vida desses indivíduos caracteriza um fator contribuinte para a sua satisfação, embora a família seja mais importante.

Já para o segundo bloco de renda, o incremento no nível de felicidade dos indivíduos também está atrelado ao laço familiar, porém, para estes indivíduos a presença do fator “dinheiro sobrando” não constitui fator determinante para que o seu nível de felicidade sofra um aumento. Ou seja, satisfeitas a suas necessidades, os fatores subjetivos estão presentes no seu bem-estar. A avaliação que estar com a família se constitui um incremento importante é comum a todas as faixas de renda.

Tabela 16: Níveis de renda e alternativas com capacidade de incremento na felicidade individual.

Alternativas	Faixa (1)	Faixa (2) e (3)	Faixa(4) e (5)	Faixa (6) e (7)
Governantes mais honestos	1	3	4	-
Redução da fome e da violência	3	7	3	-
Realização profissional	3	5		-
Poder adquirir todos os bens materiais que desejar	-	2	1	-
Estar com a família com dinheiro sobrando	14	20	7	6
Ter mais dinheiro	2	4	-	1
Poder viajar mais	-		-	-
Trabalhar menos	-	2	-	-
Ter acesso a serviços públicos de qualidade	1	3	-	-
Estar com a família mesmo sem dinheiro	9	23	7	1

Fonte: Pesquisa de campo.

Este fato comprova a relação positiva entre renda e felicidade, contudo, a subjetividade aqui é representada pela sensação de bem-estar (amor e segurança) que a família proporciona.

Apresentada a estatística descritiva da amostra e a análise dos resultados, a seção a seguir se ocupará na demonstração de resultados empíricos utilizando ferramentas econométricas, como explicado no capítulo anterior na seção que trata sobre o método.

3.3 Considerações sobre a estimação e construção de variáveis

Ratifica-se que a presente pesquisa segue o modelo de pesquisas semelhantes na área, como por exemplo, as pesquisas realizadas por Nascimento Júnior (2007) e Damasceno (2009); que a análise é de cross-section; e que os resultados aqui apresentados referem-se à amostra obtida e não corresponde ao comportamento da população.

Realizada a análise estatística para os dados, realizou-se estimações econométricas para análise do comportamento das variáveis no nível de felicidade individual obedecendo ao método apresentado.

O objetivo é a construção de uma função microeconômica de felicidade, onde o nível informado de felicidade atua como variável dependente (subjativa) e assume, respectivamente, os valores 1, 2 e 3 para “não me sinto feliz”, “sinto-me feliz” e “me sinto muito feliz”. As variáveis independentes utilizadas foram captadas também na aplicação do questionário e correspondem às características sociais, econômicas e institucionais dos indivíduos. Tais características são, por exemplo, o gênero, a idade, o estado civil, a posição no mercado, a renda, se é estudante ou não, e a religião.

A função aqui utilizada é $W_i = \alpha + \beta X_i + \varepsilon_i$. Como citado acima, esta análise é do tipo cross-section, realizada em um ponto no tempo e por esse motivo não há a indicação do tempo na fórmula como a apresentada no método de mensuração da felicidade exposto no capítulo 2. Este evento não ocasiona mudanças à análise dos resultados, pois, a metodologia aplicada permanece inalterada.

Assim sendo, o W_i é o bem-estar informado do indivíduo i e x_i é um vetor de variáveis conhecidas ($X=x_1x_2, \dots, x_n$) e as características inobserváveis e erros estimados são captados no termo do erro (ε_i). O termo β representa os coeficientes da estimação que possibilitarão a análise da relação entre a variável dependente e as variáveis explicativas.

As variáveis explicativas da amostra são, em sua maioria, variáveis qualitativas, ou seja, não assumem valores numéricos. Por assim ser, utilizou-se da transformação destas variáveis em variáveis dummy, obedecendo as seguintes classificações:

- ◆ A variável idade, que se constitui uma variável quantitativa, foi utilizada de modo normal e a idade elevada ao quadrado para detectar relações de não linearidade;
- ◆ Para a variável estado civil, foi construída variáveis dummy para os estados de solteiro, casado, divorciado e viúvo, onde o valor 1 representa os indivíduos casados;
- ◆ Para a variável de gênero, construiu-se uma variável dummy, onde 1 representa os indivíduos do sexo masculino;
- ◆ A variável posição no mercado de trabalho também foi transformada em variável dummy, sendo os indivíduos empregados assumindo valor 1,
- ◆ Para a condição de formalidade no mercado de trabalho, os indivíduos empregados no setor formal assumem valor igual a 1 e os indivíduos que não possuem a formalidade da contratação valor igual a 0;
- ◆ Para especificar a condição de estudante, construiu-se duas variáveis: 1 para estudantes e 0 para não estudantes;
- ◆ No que tange as faixas de renda dos indivíduos, estas foram agrupadas da seguinte maneira para a realização da análise deste trabalho: “renda baixa” faixas (1), (2) e (3), “renda média” faixas (4) e (5) e “renda alta” faixas (6) e (7). Nas estimações foram utilizadas as categorias “renda baixa” igual a 1 e “renda média” igual a 0;
- ◆ Para a variável religião, construiu-se quatro variáveis dummy, representando os católicos, os protestantes, os espíritas e aqueles que não possuem religião, mas acreditam em Deus, sendo que para os indivíduos declarados católicos o valor assumido pela variável foi 1.

Feitas as considerações necessárias, a seguir será apresentado os resultados da estimação para o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

3.3.1 Resultados para a estimação o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)

Os procedimentos aqui realizados segue a metodologia de trabalhos semelhantes, como Blanchflower e Oswald (2004), Nascimento Júnior (2007) e Damasceno (2009). Para o modelo estimado em MQO, a variável dependente, felicidade, assumiu valores cardinais. Para “não me sinto feliz” valor 1, “sinto-me feliz” valor 2 e “me sinto muito feliz” a variável

assumiu valor 3. A utilização do Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) permite a estimação de modelos com o objetivo de obter o melhor ajuste para um conjunto de dados na tentativa de minimizar a soma dos quadrados das diferenças entre o valor estimado e os dados observados (resíduos), minimizando a soma dos desvios dos erros elevada ao quadrado. Os resultados para a estimação são mostrados na Tabela 17.

Tabela 17: MQO Equação de felicidade

Amostra Completa							
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Renda Baixa	-0,0375 (0,740)	-0,0989 (0,595)	-0,2259 (0,236)	-0,1718 (0,379)	-0,1849 (0,360)	-0,2116 (0,315)	-0,2290 (0,290)
Renda Média		-0,0897 (0,677)	-0,1810 (0,401)	-0,1341 (0,541)	-0,1432 (0,523)	-0,1664 (0,467)	-0,1701 (0,475)
Sexo (Masculino=1)			-0,2414 (0,014)	-0,2362 (0,016)	-0,2234 (0,032)	-0,2421 (0,025)	-0,2115 (0,062)
Idade				0,0155 (0,559)	0,0162 (0,555)	0,0167 (0,574)	0,0238 (0,441)
Idade²				-0,00011 (0,747)	-0,00011 (0,748)	-0,00012 (0,741)	0,0002 (0,599)
Empregado					-0,0337 (0,796)	-0,0107 (0,936)	-0,0455 (0,740)
Mercado Formal					-0,0264 (0,846)	-0,0175 (0,900)	-0,0096 (0,947)
Estudante					0,0693 (0,478)	0,0532 (0,606)	0,0341 (0,747)
Solteiro						0,0187 (0,930)	-0,0333 (0,886)
Casado						-0,0120 (0,953)	-0,0567 (0,787)
Filhos							-0,0424 (0,761)
Católico							-0,1059 (0,731)
Protestante							0,0448 (0,889)
Espírita							-0,0950 (0,784)
Não tem religião, mas acredita em Deus							-0,1806 (0,569)
N	171	171	171	171	171	171	171
R²	0,0007	0,0017	0,0373	0,0533	0,0573	0,0686	0,0836

Fonte: Pesquisa de campo.

OBS.: Valores entre parênteses correspondem aos valores p.

A estimação foi realizada por acréscimo gradativo das variáveis com o intuito de analisar o comportamento das variáveis no nível de felicidade informado pelos indivíduos. Observou-se que para as variáveis “renda baixa” e “renda média” os coeficientes apresentam sinais negativos ao longo das estimações. Este fato indica que se fizermos uma comparação entre estes indivíduos, os indivíduos com nível de renda mais baixo informam serem menos felizes que indivíduos com rendas mais altas.

Esta comparação confirma a relação positiva existente entre renda e felicidade. O resultado obtido é esperado e se mostra semelhante aos encontrados em trabalhos com o mesmo objetivo.

Para a variável ligada ao gênero, o sinal negativo para o gênero masculino indica que as mulheres informam serem mais felizes que os homens.

Para a condição de estudantes, os coeficientes indicam que ao longo das estimações feitas estes se declaram como sendo mais felizes que indivíduos que não estão frequentando nenhuma instituição de ensino.

Quanto à posição no mercado de trabalho, os coeficientes para a variável indicam que os indivíduos inseridos no mercado estão menos felizes que os que não estão. Quanto à proteção dada pelas leis trabalhistas, os indivíduos que possuem a sua carteira de trabalho assinada se declaram mais felizes que indivíduos empregados no setor privado informal.

Para a variável estado civil, indivíduos solteiros se declaram inicialmente mais felizes que os casados, mas após a inclusão de outras variáveis, estes passam a ser menos felizes. Este fato pode indicar que mesmo a condição de casado apresentando sinais negativos ao longo das estimações, estes se declaram mais felizes que os solteiros.

Para os coeficientes das variáveis ligadas a religião, a religião “protestante” é a única variável que apresenta valor positivo indicando que indivíduos pertencentes a esta religião se declaram mais felizes frente às demais.

O estudo dos determinantes da felicidade obtém melhores resultados através das estimações alcançadas pelo modelo logit por se tratar de uma variável ordenada. Estas estimações foram realizadas para este estudo e os seus resultados serão mostrados a seguir.

3.3.2 Resultados para estimação Logit Ordenado

Realizadas estimações através do modelo dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), a mesma função microeconômica foi estimada por meio do modelo “ordinal logit”.

A utilização deste modelo se dá em razão da variável dependente ser uma variável ordenada e o modelo logit oferecer resultados mais confiáveis para a estimação. Os coeficientes para esta estimação apresentam a probabilidade de um indivíduo com uma característica específica informar um valor, maior ou menor, de acordo com o sinal do coeficiente, em relação a variável dependente. Para efeito do estudo da felicidade, um coeficiente positivo para a variável *i* indica maior probabilidade de um indivíduo com característica *i* declara-se mais feliz (NASCIMENTO JÚNIOR, 2077). Os resultados obtidos são mostrados na Tabela 18.

Tabela 18: Logit Ordenado Equação de felicidade.

Amostra Completa							
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Renda Baixa	-0,1064 (0,769)	-0,3555 (0,564)	-0,1866 (0,227)	-0,6250 (0,348)	-0,7046 (0,304)	-0,8516 (0,235)	-0,9379 (0,202)
Renda Média		-0,3491 (0,618)	-0,6439 (0,373)	-0,5220 (0,476)	-0,5769 (0,439)	-0,6945 (0,362)	-0,7194 (0,363)
Sexo (Masculino=1)			-0,7999 (0,016)	-0,7963 (0,018)	-0,7675 (0,030)	-0,8642 (0,019)	-0,7467 (0,051)
Idade				0,0486 (0,589)	0,0500 (0,587)	0,0526 (0,592)	0,0731 (0,470)
Idade²				-0,0003 (0,787)	-0,0003 (0,796)	-0,0003 (0,780)	-0,0005 (0,651)
Empregado					-0,1696 (0,701)	-0,0641 (0,886)	-0,2046 (0,654)
Mercado Formal					-0,0828 (0,853)	-0,0799 (0,861)	-0,0476 (0,919)
Estudante					0,2482 (0,440)	0,1867 (0,580)	0,1343 (0,695)
Solteiro						0,0261 (0,972)	-0,1436 (0,858)
Casado						-0,1454 (0,838)	-0,2915 (0,689)
Filhos							-0,1160 (0,798)
Católico							-0,2395 (0,849)
Protestante							0,2881 (0,824)
Espírita							-0,2922 (0,833)
Não tem religião, mas acredita em Deus							-0,4912 (0,701)
N	171	171	171	171	171	171	171
Pseudo-R²	0,003	0,0011	0,0199	0,0293	0,0321	0,0398	0,0483

Fonte: Pesquisa de campo.

OBS.: Valores entre parênteses correspondem aos valores p.

A comparação entre as estimações obtidas tanto pelo modelo MQO, variável dependente tratada como cardinal, quanto no modelo “ordinal logit”, variável dependente tratada com ordinal, mostra resultados semelhantes. Esta semelhança entre as estimações nos dois modelos é esperada, pois para o estudo da felicidade os tratamentos das pontuações de satisfação cardinal e ordinal apresentam resultados quantitativos parecidos, como afirma Nascimento Júnior (2007).

Como mencionado, o modelo “ordinal logit” apresenta a probabilidade de um indivíduo se reportar como mais feliz. Assim, os indivíduos mais velhos tem maior probabilidade de declararem mais felizes que pessoas mais jovens. A probabilidade das mulheres se declararem mais felizes é maior do que os homens.

Espera-se que indivíduos que pertençam às faixas de renda mais baixas se declarem menos felizes que indivíduos de rendas mais altas que estes. Assim sendo, indivíduos que se encontram em faixas de rendas mais altas são mais felizes que indivíduo de rendas médias.

A probabilidade de indivíduos que frequentam instituições de ensino em se declararem mais felizes que indivíduos que não frequentam também é maior.

Espera-se que indivíduos desempregados tenham maior probabilidade de informar um nível menor de felicidade que indivíduos com alguma ocupação. Porém, nesta amostra, a probabilidade do indivíduo em se declarar mais feliz está entre os desempregados. Quanto à formalidade de contratação no setor privado, indivíduos com a carteira assinada tem maior probabilidade de reportarem como mais felizes.

Quanto à religião, os protestantes tem maior probabilidade em se declararem mais felizes frente às demais religiões.

Apresentado os resultados para as estimações para a função micro econométrica de felicidade para os modelos MQO e “ordinal logit”, seguem as considerações finais para este estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou destacar o estudo da felicidade no âmbito da economia através de uma revisão teórica acerca da felicidade. Primeiramente essa revisão foi realizada com base nos conceitos de utilidade definida pelos teóricos da economia clássica com destaque a Jeremy Bentham, que atribuía ao conceito de felicidade os estados de prazer e dor. Quanto maior a dor evitada ou prazer proporcionado para o maior número de pessoas, maior seria o nível de felicidade alcançado, sinalizando a importância dos fatores subjetivos (relativos à vida privada dos indivíduos) para o nível de felicidade.

Em seguida, destacou-se a evolução do contexto da felicidade através da economia do bem-estar, onde ocorreu o abandono do caráter ético e o bem-estar passou a ser mensurado apenas por aspectos objetivos, onde a renda passou a atuar como indicador principal de mensuração. O comportamento dos indivíduos passa, então, a ser analisado através de suas escolhas segundo a renda disponível.

Com o tempo, notou-se a deficiência desse tipo de mensuração, e a avaliação do efeito da renda sobre o bem-estar dos indivíduos não conseguia responder à diminuição de indicadores de bem-estar, mesmo identificando uma melhora no poder aquisitivo dos indivíduos.

Essa relação paradoxal entre renda e felicidade resultou na mensuração do bem-estar através da abordagem da felicidade. Por meio desta abordagem, o bem-estar dos indivíduos passa a ser mensurado não apenas pelo fator renda, mas com o acréscimo de fatores de natureza subjetiva que somente podem ser obtidos através do questionamento direto indivíduo a indivíduo, tais como, sentimentos, experiências e expectativas com relação ao futuro.

As dificuldades de se realizar estudos deste tipo são muitas, mas a constatada na realização desta pesquisa foi à disponibilidade de dados para a sua concretização. No entanto, da aplicação dos questionários, constituiu-se uma experiência única. Tratar de um tema tão subjetivo e principalmente direcioná-lo a análise econômica, despertou no entrevistador e nos entrevistados reflexões acerca das possibilidades para a promoção da felicidade, pois, até então, se pensava que o caráter subjetivo não competia a tal Ciência.

Assim, o foco basilar desta pesquisa, tanto bibliográfico quanto prática, foi à felicidade informada dos indivíduos. Este tipo de abordagem amplia o conceito de bem-estar com a inserção de fatores subjetivos em sua análise, fazendo com que a análise por meio da preferência revelada deixe de ser a única forma de mensuração do bem-estar, uma vez que,

pela apresentação da teoria e pesquisas desenvolvidas na área, demonstraram que este é um indicador incompleto para tal mensuração.

Através da aplicação de questionários, que é a proposta para a construção da base de dados para a concretização das análises, este trabalho se propôs a analisar estatisticamente o nível de bem-estar subjetivo informado pelos indivíduos que compõem esta amostra. Assim como já referido no texto, os resultados aqui expressos não constitui em a resposta para a população onde os questionários foram aplicados (Vitória da Conquista, Bahia), mas o comportamento isolado dos entrevistados.

Assim, da realização da pesquisa buscou-se analisar o comportamento da renda frente algumas características subjetivas, além do nível de felicidade informada, para que se pudesse compreender se, de fato, a renda é fator com maior poder de contribuição para a felicidade e em como a subjetividade afeta o nível de felicidade dos indivíduos. Analisou-se também o comportamento dos determinantes para a composição do bem-estar subjetivo dos indivíduos.

De maneira geral, os indivíduos se declararam felizes, e além das respostas captadas pelo questionário, a prática da aplicação captou que a subjetividade influencia na determinação do nível de felicidade, embora se constatasse em maior ou menor grau, a relação positiva estabelecida pela renda.

Deste modo, 62% dos indivíduos se declararam felizes, 22,8% sentem-se muito felizes e 15,2% da amostra total se declaram infelizes atribuindo tal condição, à falta de dinheiro suficiente para a satisfação de suas necessidades básicas e passando estes, por diversas privações, se veem sem perspectivas quanto ao futuro. Houve também aqueles que se declararam infelizes também na ausência de renda, ou até mesmo na presença de renda suficiente, por questões exclusivamente subjetivas.

Em média, as mulheres se consideram mais felizes que os homens, e que indivíduos casados são mais felizes que os solteiros. Este fato pode explicar porque o fator incremental ligado à família foi considerado importante pelos entrevistados, pois junto aos níveis médios de felicidade informado, mais uma vez ligado a família se destaca, pois pessoas que possuem filhos se consideram mais felizes do que os indivíduos que não possuem.

Fator de relevância subjetiva são os resultados obtidos a respeito da dor outro, e pelo outro ser uma pessoa desconhecida. As pessoas se demonstraram, em média, sensibilizadas com o fato do outro se encontrar em uma situação de baixo nível de felicidade, mesmo que passageira ou duradoura. As pessoas que se colocaram como indiferentes a este fato são as pessoas com o menor nível de felicidade informada.

Para a posição no mercado de trabalho, indivíduos que possuem certo grau de estabilidade em seus empregos se consideraram mais felizes do que aqueles que não possuem essa segurança. A instabilidade proporciona ao indivíduo certo grau de desconfiança quanto ao seu futuro e do futuro daqueles que dependem dele.

Este estudo não verificou níveis de diferença fragmentados para a classificação das raças, indicando que para a amostra obtida esta característica não se configura em fator que possa diminuir o grau de felicidade do indivíduo.

Por fim, realizou-se uma comparação entre possíveis incrementos de renda, de caráter objetivo e subjetivo, entre os indivíduos das faixas de renda aqui utilizadas. O que se constatou nessa análise foi à importância da família na construção dos níveis de bem-estar subjetivo dos indivíduos. A presença da família, atrelada ou não ao dinheiro, inclui intrinsecamente características subjetivas que devem ser consideradas. Família remete a segurança, ao amor e mesmo com todas as dificuldades estabelecidas, o saber que não se está sozinho contribui para a felicidade.

Assim conclui-se esta pesquisa, admitindo a relação positiva entre renda e felicidade, mas que a composição do bem-estar subjetivo é também mensurada por características subjetivas. Os indivíduos são capazes de informar o seu nível de satisfação com a vida, portanto, a aplicação desse tipo de método se constitui no caminho para o conhecimento do que é capaz de promover a felicidade dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Bernadette S. **História da Filosofia**. São Paulo – SP, Nova cultural, 1999.
- ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo – SP, Martins Fontes, 2000.
- BECKER, M. S. **A relação entre riqueza e felicidade: um estudo sobre o bem-estar econômico e o bem-estar subjetivo**. [trabalho de conclusão de curso]. Porto Alegre - RS: UFRGS, 2009.
- BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. In: Bentham, Stuart Mill (Coleção os Pensadores). São Paulo - SP: Abril Cultural, 1979.
- BLANCHFLOWER, David G.; OSWALD, Andrew J. **The rising well-being of the young**. Conference on Disadvantaged Youth. December, 1999.
- BLANCHFLOWER, David G.; OSWALD, Andrew J. **“Well-Being over Time in Britain and the USA”**, **NBER Work**, paper 7487, 2000.
- BLANCHFLOWER, David G.; OSWALD, Andrew J. **Money, Sex and Happiness: an empirical study**. NBER Working Paper, n° 10499, 2004.
- BOARINI, R; JOHANSSON, A; d’ERCOLE, M. M. **Alternative Measures of Well-Being**. OECD Economic Department Working Papers, n° 476, OECD Publishing, 2006.
- BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. São Paulo - SP: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- CANTRIL, H. **The partner of Human Concern**. New Jersey: Rutgers University Press, 1965.
- CARDIA, Mario S. **O interesse geral e o interesse de cada um**. In: PELUSO, Luis Alberto. (Org.). **Ética e Utilitarismo**. Campinas – SP: Alínea, 1998.
- CORBI, Raphael B.; MENEZES-FILHO, Naércio A. **Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil**. Revista de Economia Política, v. 26, n° 4 (104), p.518-536, out./dez. 2006.
- DAMASCENO, Alexandre P. **Felicidade, políticas públicas e choques positivos de renda: uma abordagem econômica**. [tese para a obtenção de título de doutor em Economia]. Brasília – DF: UCB, 2009.
- DI TELLA, R.; E MACCULLOCH, R. J. **Gross National Happiness as an Answer to the Easterlin Paradox?**. Journal of Development Economics. April, 2005.
- EASTERLIN, Richard A. **Does economic growth improve the human a lot? Some empirical evidence**, 1974.
- EASTERLIN, Richard A. **“Explaining Happiness”**. **Proceedings of The Natural Academy of Science** 100 (19), 11176-83, 2003.

FERREIRA, Vera Rita de M. **Psicologia Econômica: estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão.** Rio de Janeiro - RJ: Elsevier, 2008.

FREY, Bruno S.; STUTZER, Alois. “**Happiness and Economics**”. Priceton, 2002.

GIANNETTI, E. **Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização.** São Paulo – SP: Companhia das Letras, 2002.

GUERRA, António C. **Economia e Ética.** Lisboa: GEPE, 1997.

HUNT, E. K. **História do Pensamento econômico: uma perspectiva crítica.** Rio de Janeiro - RJ: Elsevier, 2005.

JEVONS, William S. **A Teoria da Economia Política.** São Paulo – SP: Nova Cultural, 1996.

KERSTENETZKY, Celia L. Qual o valor do auto interesse?. **Revista de Economia Política**, v. 25, nº 3 (99), p. 254-276, jul./set. 2005.

LABARRE, P. **Enfim, o preço da felicidade**, 2003. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0788/noticias/enfim-o-preco-da-felicidade-m0045131>>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

LIMA, Sabrina V. **Economia e felicidade: um estudo empírico dos determinantes da felicidade no Brasil.** [trabalho de conclusão de curso]. Ribeirão Preto – SP: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, 2007.

MILL, John S. **Da Definição de economia política e do método da investigação próprio a ela.** In: Bentham, Stuart Mill (coleção os pensadores). São Paulo - SP: Abril Cultural, 1974.

MUNDELL, Robert A. **O homem e a economia.** Rio de Janeiro - RJ: Expansão Editorial, 1978.

NASCIMENTO JR, Valfrido L. **Medidas Alternativas de Bem-Estar: a abordagem da felicidade.** [tese para a obtenção de título de mestre em Economia]. Recife – PE: UFPE, 2007.

PARETO, V. **Manual de Economia Política.** Coleção os Economistas. São Paulo – SP: Nova Cultural, 1996.

PASTORE, J. **Riqueza e felicidade.** Jornal da Tarde, São Paulo – SP, 2001.

PELUSO, Luis A. (org.) **Ética e Utilitarismo.** Campinas – SP: Alínea, 1998.

PESSOA, Marcelo de S.; SILVEIRA, Marcos Antonio C. **Indicadores objetivos e subjetivos de qualidade de vida das famílias brasileiras segundo a POF de 2002-2003: um estudo sobre os seus determinantes demográficos, sociais e econômicos.** Rio de Janeiro - RJ: IPEA, **Texto para Discussão**, 2009.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo - SP: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya K. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo – SP: Companhia das Letras, 2002.

SHIKIDA, Perry Francisco A.; RODRIGUES, Odirlei A. **Economia e felicidade**: elementos teóricos e evidências empíricas. **Pesquisa & Debate**, v.18, nº 1 (27), p. 80-120, São Paulo – SP, 2005.

SHIKIDA, Pery Francisco A. “A gente não quer só dinheiro... A gente quer dinheiro e felicidade”: notas e reflexões no contexto da Ciência Econômica. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, UNIOESTE/MCR, v. 8, n. 14, p. 47-60, 1º sem 2008.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo - SP: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores), 1978.

SOUSA, Luiz G. **Economia do bem-estar**, em Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 158, 2011. Disponível em <<http://www.eumed.net/coursecon/ecolat/br/>>. Acesso em: 12 de julho de 2012.

SOUZA, N. de J. de. **O que desenvolvimento econômico?**, 2007. Disponível em: <http://www.nalijosouza.web.br.com/comentários.htm> >. Acesso em: 26 de agosto de 2012.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia**: princípios básicos. Rio de Janeiro – RJ, Elsevier, 2006.

VEENHOVEN, R. “**Happiness in Hardship**”. In: Bruni, L. & Becattini, G. (Eds.) ‘Felicità ed economica. Quando il benessere e ben vivere’ Edizioni Angelo Guerini e Associati, Milano, Italia, ISBN 88-8335-482-6 pp. 257-277, 2003.

APÊNDICE

